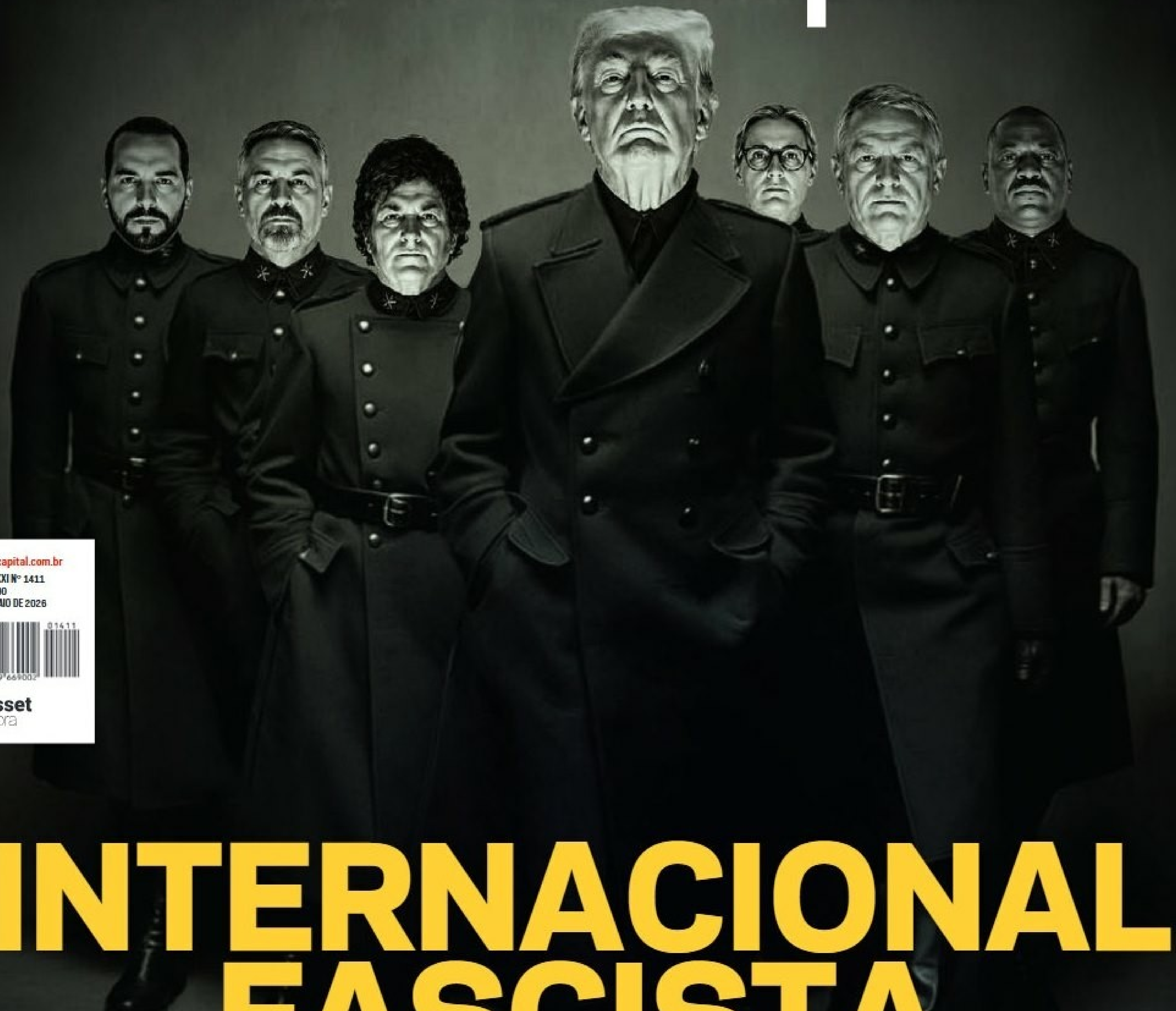
TERRAS-RARAS ENQUANTO OS EUA E OS MAIORES PRODUTORES GLOBAIS AMPLIAM O CONTROLE ESTATAL, O BRASIL FLERTA COM UMA POSIÇÃO SUBALTERNA

AGRONEGÓCIO OS INVESTIMENTOS DA CHINA, MAIOR IMPORTADORA, EM AUTOSSUFICIÊNCIA ALIMENTAR SÃO UM DESAFIO PARA OS PLANTADORES DE SOJA

CartaCapital



cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1411
R$ 31,90
6 DE MAIO DE 2026
basset
editora

INTERNACIONAL FASCISTA

ESTUDO INÉDITO DETALHA COMO A EXTREMA-DIREITA, A PARTIR DOS EUA, OPERA AO REDOR DO MUNDO

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

/fenaefederacao

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

(61) 98142 8428

/company/fenae-federacao

55
FENAE ANOS

A Fenae está há mais de cinco décadas ao lado das empregadas e empregados da Caixa.

Acompanhamos as lutas e caminhamos juntos em defesa dos bancários da Caixa.

Defendemos a Caixa pública, forte e social para um Brasil melhor.

Conheça mais
sobre a Fenae,
aponte a câmera
do seu celular
para o QR Code

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

6 DE MAIO DE 2026 • ANO XXXI • Nº 1411

Em meio à epidemia de transtornos mentais, voluntários oferecem tratamento em territórios desassistidos. Pág. 26

6 A SEMANA
9 ALDO FORNAZIERI

Seu País

16 **MINERAÇÃO** Os planos do governo para regular a exploração de terras-raras

20 **TRABALHO** O fim da escala 6x1 avança na Câmara

24 **ENTREVISTA** O momento de reduzir a jornada é agora, defende Reginaldo Lopes

26 **SAÚDE MENTAL** Coletivos articulam redes de cuidado nas periferias

30 **MINAS GERAIS** Marília Campos quer “furar a bolha” da esquerda na disputa pelo Senado

Economia

32 ***COMMODITIES*** Os planos da China para atingir a autossuficiência em alimentos preocupam o agronegócio brasileiro

34 ***GREENWASHING*** Empresas privilegiam o crédito de carbono mais barato

36 ADALBERTO VIVIANI

37 PAULO ARTAXO

38 **PAULO NOGUEIRA** A bolsa-banqueiro e a bolsa-rentista seguem intactas

40 **ANÁLISE** As verdades efêmeras sobre a relação entre juros e câmbio

Nosso Mundo

42 **COLÔMBIA** Iván Cepeda, o candidato de Gustavo Petro, lidera as pesquisas

44 **TPI** Rodrigo Duterte é julgado por crimes contra a humanidade

46 **EUA** Trump se esforça para capitalizar mais um atentado frustrado contra a sua vida

10 MANUAL REACIONÁRIO
O PROJETO 2025 EXTRAPOLA AS FRONTEIRAS DOS EUA E REGE A EXTREMA-DIREITA GLOBAL

Capa: Pilar Velloso, Huag Jingwen/AFP, Burak Akbulut/AFP, Xose Bouzas/AFP, Andrew Harnik/AFP, Kay Nietfeld/AFP, Lucas Aguayo Araos/AFP, Redes Sociais e Midjourney V.7

Plural

48 EQUILIBRAR-SE NO RISCO

A RT FEATURES CHEGA AOS 20 ANOS COM DOIS OSCARS E UMA HISTÓRIA MARCADA POR VÁRIAS AVENTURAS, CONQUISTAS E UMA QUASE FALÊNCIA

51 **DOCUMENTÁRIO** Um tributo objetivo e pouco emocional ao craque Zico 52 **IDEIAS** Vladimir Safatle faz um diagnóstico dos novos fascismos 54 **LIVROS** A amizade sob o isolamento 57 **SAÚDE** *Por Ligia Bahia* 58 **CHARGE** *Por Venes Caitano*

LUCA MEOLA/CARTACAPITAL E LEO TEIXEIRA

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: **HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR**

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 - 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Eduardo Magossi, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, Fred Melo Paiva, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Artaxo, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel e Riad Younes
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Mariana Brasil Pinheiro de Oliveira, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhãez (Editora)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo, Danilo Roberto Silva Queiroz e Sofia Helena Lanza
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - Iandra Siqueira, (61) 98322 9994/ (19) 99818 8958, Iandrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010
www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

CartaCapital
NA MIRA
ALEXANDRE DE MORAES CONTINUA UM ALVO AMBULANTE E A INCÓGNITA CONTAMINA AS RELAÇÕES EM BRASÍLIA

BATATA QUENTE

A ala bolsonarista está se deliciando com esses azedumes do Judiciário no caso do Banco Master. Pretende desgastar ao máximo a imagem do STF e de todos aqueles que o apoiam, como o presidente Lula. De olho nas eleições, essa turma promove o caos e conta com o prolongamento da guerra iniciada pelo amigo Donald Trump. Espero estar enganado.

José Carlos Gama

O grande problema é que os supremos ministros – salvo honrosas exceções – não se ajudam. Gilmar Mendes fala em CPI eleitoreira, mas também tem sua veia midiática. Alexandre de Moraes se porta, por vezes, como um juiz de faroeste, disparando tiros em volta dos próprios pés. Dias Toffoli já deveria ter pendurado a toga há tempos. Claro que o bolsonarismo está salivando às portas da grande imprensa, mas me parece faltar ao conjunto do STF um pouco de estratégia para se distanciar desse imbróglio. O fato de terem servido de anteparo à tentativa de golpe não lhes garantirá para sempre a boa vontade dos brasileiros.

Cesar Augusto Hulsendeger

O MINÉRIO É DELES

Ronaldo Caiado, Flávio Bolsonaro e Hugo Motta cometem crime de lesa-pátria ao facilitar a exploração das terras-raras no Brasil pelos Estados Unidos. A atuação do ex-governador de Goiás é claramente irregular, visto que a gestão de minerais estratégicos é de competência exclusiva da União. E esses cidadãos ainda se declaram patriotas. Só se forem patriotas do governo estadunidense, pois, aqui, se comportam como vira-latas. Estão sempre dispostos a entregar de bandeja o patrimônio nacional aos gringos.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

Regular não funciona no cenário atual. A Agência Nacional de Mineração opera com menos de 40% do quadro de servidores e, mesmo após apontamento do Tribunal de Contas da União e cobrança da mídia especializada, as convocações do concurso vigente estão a conta-gotas. Resultado: o Brasil deixa de arrecadar 20 bilhões de reais com *royalties*, devido à fiscalização deficiente do órgão.

Bruno Grangeon

CIGARRO PROIBIDO

Essa lei britânica só vai abrir portas para o tráfico. Os jovens não vão deixar de comprar tabaco ou de fumar, só tendem a trocar de fornecedor.

Júlia Paschoal

Veremos o surgimento do Al Capone do século XXI em tempo real.

Thom Richardson

JOGO DE RICO

Espero que esta Copa do Mundo seja um verdadeiro fiasco. Diante de tudo que está acontecendo, nos EUA e no mundo, todos deveriam boicotar este evento. Não deveriam nem mesmo assistir às transmissões.
Um pouco de consciência crítica em prol da humanidade.

Alice Ricciardi

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Renda familiar comprometida

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro chegou a 49,9% em fevereiro, ante 49,8% em janeiro, informou o Banco Central na segunda-feira 27. O nível iguala o pico histórico registrado em julho de 2022. Esse indicador mede a relação entre o saldo das dívidas e a renda disponível acumulada em 12 meses. Descontados os financiamentos imobiliários, a taxa subiu de 31,3% para 31,4%. Já o comprometimento da renda mensal com dívidas atingiu 29,7%, novo recorde da série iniciada em 2005.

Campo/ Maior letalidade

Conflitos fundiários caem, mas mortes dobram em 2025, aponta a CPT

Apesar da expressiva redução dos conflitos, o número de mortes no campo dobrou em 2025, revela a 40ª edição do relatório temático divulgado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra. Foram registradas 1.593 ocorrências de violência envolvendo posseiros, trabalhadores sem-terra, indígenas e quilombolas. O total é inferior aos 2.207 casos identificados no ano anterior, mas os episódios se tornaram mais letais, resultando em 26 assassinatos. A maior parte das mortes ocorreu na região da Amazônia Legal, especialmente nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

Entre os casos que resultaram em óbitos, duas foram chacinas, com três vítimas em cada ocorrência, observa Cecília Gomes, da coordenação nacional da CPT. "Nesse rol da violência no campo, esse é o número que nos choca, porque não é só um número, são vidas, são comunidades, são organizações, são famílias." Do total de conflitos, 1.286 estão relacionados à disputa por terra, enquanto 148 envolvem recursos hídricos, incluindo destruição de mananciais, pesca predatória e restrição de acesso à água.

PUNIÇÃO AOS ASSASSINOS DE CARAJÁS

Foram 26 assassinatos, a maior parte na região da Amazônia Legal

Trabalho/ ASSIMETRIA RÍGIDA

CONTRATAÇÃO FEMININA CRESCE 11%, MAS DESIGUALDADE SALARIAL SE MANTÉM

O número de mulheres negras ocupadas aumentou 29%

A participação feminina no mercado de trabalho aumentou 11%, com forte ampliação das oportunidades para mulheres negras, mas a desigualdade salarial segue praticamente inalterada. É o que aponta o 5º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego na segunda-feira 27.

Segundo o levantamento, o número de brasileiras ocupadas passou de 7,2 milhões para 8 milhões, acréscimo de cerca de 800 mil trabalhadoras. O avanço foi ainda mais expressivo entre mulheres pretas e pardas, cujo contingente subiu de 3,2 milhões para 4,2 milhões, alta de 29%.

Apesar do crescimento, a diferença salarial permanece elevada: as mulheres ganham, em média, 21,3% menos que os homens. Elas recebem em torno de 3,9 mil reais por mês, enquanto eles têm um rendimento médio pouco superior a 5 mil. O relatório mostra que a disparidade quase não mudou em relação ao ano anterior, quando a diferença era de 20,7%.

O estudo reúne dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e abrange perto de 53,5 mil estabelecimentos com cem ou mais empregados.

REDES SOCIAIS/GOVRR, ISTOCKPHOTO, VANDERLEI ALMEIDA/AFP E PCSP/GOVSP

Investigação/ Infiltrados no governo

Grupo é suspeito de usar contratos com prefeituras para lavar dinheiro do PCC

Uma operação da Polícia Civil de São Paulo prendeu, na segunda-feira 27, seis suspeitos de se infiltrar em prefeituras para lavar dinheiro do tráfico de drogas para o PCC. Ao todo, foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão em sete municípios paulistas – São Paulo, Ribeirão Preto, Guarulhos, Santo André, Mairinque, Campinas e Santos –, além de Goiânia (GO), Brasília (DF) e Londrina (PR). A Justiça também determinou o bloqueio de mais de 513 milhões de reais em bens ligados aos investigados.

A facção criminosa teria criado um "núcleo político" para viabilizar contratos entre governos municipais e a *fintech* 4TBank, responsável por operacionalizar o esquema de lavagem de dinheiro. Ao gerenciar pagamentos de prefeituras, a instituição conseguia movimentar recursos de origem ilícita de forma dissimulada, dificultando a fiscalização dos órgãos de controle. "O que se apurou foi uma estrutura sofisticada, que buscava não apenas lucrar com atividades ilícitas, mas se infiltrar em esferas do Poder Público para potencializar esses ganhos e dar aparência de legalidade aos recursos", afirmou o delegado Fabrício Intelizano, responsável pelo caso.

POLÍCIA CIVIL
SÃO PAULO
POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA CIVIL
PARAIBA
POLÍCIA CIVIL

A Polícia Civil cumpriu mandados de busca em sete municípios paulistas

Fátima de Tubarão volta para casa

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu prisão domiciliar humanitária à aposentada Maria de Fátima Mendonça Jacinto, conhecida como Fátima de Tubarão, condenada pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A decisão, assinada na sexta-feira 24, baseia-se na Lei de Execuções Penais, que permite o benefício a maiores de 70 anos e portadores de graves doenças. A medida também alcança outros 18 detentos idosos. Fátima foi condenada a 17 anos de prisão e já cumpriu três anos, dez meses e 24 dias da pena. Segundo o processo, ela invadiu o STF, participou de atos de depredação e divulgou registros nas redes sociais, o que levou à sua identificação e prisão pela PF duas semanas depois dos ataques.

Roraima/ MAIS UM GOVERNO-TAMPÃO

TSE CASSA MANDATO DO GOVERNADOR E TORNA ANTECESSOR INELEGÍVEL

O Tribunal Superior Eleitoral manteve, na terça-feira 28, a cassação do mandato do governador interino de Roraima, Edilson Damião (União Brasil), e declarou a inelegibilidade do ex-governador Antônio Denarium (Republicanos), que renunciou ao cargo há um mês para disputar uma vaga no Senado. Apesar de todos os ministros já terem votado, o julgamento foi suspenso pela presidente da Corte, Cármen Lúcia, para que o colega André Mendonça complemente sua tese na quinta-feira 30, após o fechamento desta edição de *CartaCapital*. Não há, porém, perspectiva de reversão da decisão.

Ambos foram condenados por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. A ação aponta distribuição irregular de cestas básicas e reformas em casas de eleitores. A renúncia de Denarium não encerrou o processo no TSE: Damião segue com o mandato cassado, enquanto o ex-governador foi declarado inelegível. Com a decisão, Roraima deverá realizar novas eleições para um mandato-tampão, em cenário semelhante ao do Rio de Janeiro, que ainda aguarda definição das regras do novo pleito pelo Supremo Tribunal Federal.

Damião perdeu o cargo e Denarium não poderá mais disputar o Senado

A Semana

Opep desfalcada

Os Emirados Árabes Unidos anunciaram, na terça-feira 28, que vão deixar, a partir de 1º de maio, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), cartel formado em 1960 para controlar a oferta mundial da *commodity* e seus preços. Dubai pretende explorar sua capacidade ociosa e ampliar a produção, atualmente limitada pelas cotas do grupo a algo entre 2,9 milhões e 3,5 milhões de barris diários. O anúncio ocorre em meio a crescentes divergências com a Arábia Saudita, principal liderança da Opep, e após o país ter sua infraestrutura severamente impactada pelos ataques retaliatórios do Irã a países do Golfo Pérsico que abrigam bases militares dos EUA.

Os bombardeios israelenses deixaram 14 mortos, entre eles dois brasileiros

Oriente Médio/ O impasse persiste

Negociações entre Irã e EUA emperram e Israel viola cessar-fogo no Líbano

O Irã apresentou aos EUA uma nova proposta para reabrir o Estreito de Ormuz e encerrar o conflito, mas sugeriu adiar as negociações sobre seu programa nuclear para uma etapa posterior. Insatisfeito com a oferta, o presidente Donald Trump informou a conselheiros não estar disposto a suspender o bloqueio naval norte-americano enquanto Teerã não entregar seu estoque de urânio enriquecido, noticiou o *New York Times*.

De fato, encerrar a campanha militar sem avanços na questão nuclear seria interpretado como o reconhecimento da derrota política de Trump na guerra. O Estreito de Ormuz já estava aberto quando os EUA iniciaram a ofensiva militar contra o Irã. Para agravar o impasse, Israel violou os termos do cessar-fogo mediado pelo presidente norte-americano. No domingo 26, bombardeios israelenses deixaram 14 mortos no sul do Líbano, entre eles dois brasileiros – um menino de 11 anos e sua mãe. O pai libanês também morreu no ataque. A informação foi confirmada pelo Itamaraty.

O presidente acusa profissionais da imprensa de atuar como espiões

Argentina/ VETO À "ESCÓRIA"

GOVERNO MILEI PROÍBE ACESSO DE JORNALISTAS À CASA ROSADA

O ultradireitista Javier Milei bloqueou a entrada de jornalistas credenciados na Casa Rosada, sede do governo da Argentina, após uma emissora de tevê divulgar imagens do interior do palácio gravadas com óculos inteligentes. O presidente classificou o episódio como um ato de "espionagem ilegal" e chamou os jornalistas envolvidos no caso de "escória nojenta".

Desde o início de seu governo, Milei acumula atritos com a imprensa. As ofensas nas redes sociais e entrevistas tornaram-se frequentes, mesmo após o esforço de amplos setores da mídia para normalizar os arroubos autoritários do líder argentino desde a sua vitoriosa campanha eleitoral. Jornalistas credenciados afirmaram, em nota conjunta, que a medida é injustificada e representa um "ataque explícito à liberdade de imprensa, à prática do jornalismo e ao direito do público de acessar as informações". A Associação de Entidades Jornalísticas Argentinas (Adepa) manifestou "máxima preocupação" e afirmou que a decisão não tem precedentes na democracia argentina, pedindo revisão urgente da medida.

AFP E ANGELA WEISS/AFP

ALDO FORNAZIERI
Cientista político e autor
de *Liderança e Poder*

Maus perdedores

▶ Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA insistem na força bruta e acumulam derrotas

Donald Trump sempre exalta o poderio dos EUA e classifica seus inimigos como perdedores. Já chamou os iranianos de loucos, bastardos e animais. Se tivesse senso crítico, perceberia que seu próprio país carrega um vexatório histórico de derrotas militares. Desde a Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos não venceram nenhuma guerra, mesmo com as tropas mais bem equipadas do planeta.

Na guerra das Coreias, os EUA não perderam nem venceram. Há um consenso, entre os especialistas, de que saíram derrotados do Vietnã. Não sabiam como travar um conflito não convencional. Os vietnamitas adotaram uma estratégia de desgaste, usando táticas de guerrilha, com emboscadas e armadilhas, contrabalançando o poderio dos norte-americanos.

Os vietnamitas tinham conhecimento do terreno, apoio popular e determinação política para se defender das potências agressoras. A trilha "Ho Chi Min" garantiu apoio logístico e abastecimento contínuo de armas e recursos do Norte para o Sul. As bandeiras da resistência e da unificação deram aos nativos grande vantagem, implicando desmoralização das tropas norte-americanas, que se retiraram em 1973.

Houve também uma humilhante e desmoralizadora retirada no Afeganistão em 2021, após 20 anos de guerra. O general Mark Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto, reconheceu que a campanha "foi um fracasso estratégico", com o custo de mais de 2 trilhões de dólares e 5 mil norte-americanos mortos. A saída caótica de Cabul foi marcada pelo desespero, lembrando a queda de Saigon, no Vietnã.

No Iraque, os EUA travaram uma guerra convencional motivada pela mentirosa alegação de haver, por lá, "armas de destruição em massa". Elas jamais foram encontradas. Sadam Hussein foi deposto, mas os norte-americanos saíram politicamente derrotados. Os EUA não conseguiram constituir um governo "democrático, estável e alinhado", resultando em um caos interno que persiste até hoje.

Com o passar do tempo, o custo da intervenção ultrapassou 6 trilhões de dólares. Sem compreender a estrutura social e cultural iraquiana, a principal falha estratégica consistiu em não ter um planejamento pós-ocupação. O Iraque continua instável, com insurgências civis e crescente influência do Irã.

Além das evidências históricas, a tese de que os EUA são militarmente incompetentes leva em conta suas capacidades tecnológicas e financeiras. O país tem a maior receita de defesa do mundo, superando a soma dos orçamentos de todos as outras nações. Tem cerca de 800 bases militares espalhadas pelo planeta e uma capacidade ímpar de projeção de poder por porta-aviões e outros equipamentos.

A Heritage Foundation sustenta que a prontidão das forças norte-americanas é fraca e marginal, com dificuldade de vencer conflitos regionais importantes e, simultaneamente, manter a presença global. O esgotamento de estoques de armas é recorrente e vem se manifestando agora, contra o Irã.

O princípio orientador das forças armadas norte-americanas é o do uso da força bruta em detrimento da inteligência. A síntese desse paradoxo se expressa na afirmação: "Excelência operacional e incompetência estratégica". No governo Trump, essa verdade encontrou sua plenitude.

No livro *The Cost of Loyalty: Dishonesty, Hubris, and Failure in the U.S. Military* (Bloomsbury, 2020), Tim Bakken faz uma crítica devastadora às forças armadas dos EUA. Os gastos militares são absurdos, a presença em 800 bases espalhadas por 70 países é injustificável e esse poder é sustentado por uma sociedade fechada e por um princípio de lealdade que gera derrotas, incompetência e massacre de inocentes. Ele propõe que as tropas norte-americanas sejam reintegradas à sociedade civil, que deve controlá-las.

No fim de março, Tobin Harshaw, editor sênior da *Bloomberg Opinion*, publicou um artigo resgatando um livro de 1976 de Norman Dixon, intitulado *A Psicologia da Incompetência dos Militares*, onde são analisados grandes desastres em campos de batalha da história britânica. A obra mostra que eles seguiram um padrão consistente e repetitivo de decisões ruins. Os homens que decidiam sobre as guerras tinham duas características: acreditavam que ela se resume à força bruta, não à inteligência, e eram anti-intelectuais radicais, contrários à educação acadêmica.

Pete Hegseth, atual secretário da Guerra dos EUA, e Trump têm essas características. São dois lunáticos, misóginos, egocêntricos, fanáticos, ignorantes, sem experiência de Estado e sem conhecimento de história política e militar. Hegseth sustenta que a campanha contra o Irã é uma cruzada, uma guerra santa. Ele associa o conflito ao Armagedon, ao fim dos tempos e ao retorno de Jesus. O grande perigo no momento é que o maior poderio militar do planeta está sob o comando de pessoas enlouquecidas. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

REPORTAGEM DE CAPA

SHIELD OF THE
AMERICAS
DORAL 2026

MANUAL REACIONÁRIO

O PROJETO 2025 EXTRAPOLA AS FRONTEIRAS DOS EUA E REGE A EXTREMA-DIREITA GLOBAL

por JAMIL CHADE

O Escudo das Américas reuniu em Miami Trump e seus clones latino-americanos. Contra a China, a Casa Branca avança na retomada do "quintal"

CASA BRANCA OFICIAL

Em 27 de fevereiro do ano passado, funcionários da Usaid, a agência internacional de cooperação dos Estados Unidos, tiveram 15 minutos para recolher os pertences pessoais dos escritórios onde alguns haviam trabalhado por décadas. Cada um teria de levar as próprias caixas de papelão. A agência não as forneceria. Foram escoltados, como criminosos. Aos prantos, os funcionários esvaziaram as mesas e o prédio. No fundo, sem saber, apagavam as luzes de um mundo que se desfazia.

Apesar dos problemas e das suspeitas de encobrir operações de espionagem da CIA, a Usaid, por meio de seus programas, evitou mais de 90 milhões de mortes nos últimos 20 anos ao combater doenças graves. O fechamento da agência interrompeu os programas globais de saúde e a assistência humanitária financiados pelos EUA em todo o mundo.

Não se tratou apenas de mais um gesto irresponsável de Donald Trump. Depois de implementar de forma inédita uma agenda ultraconservadora nos EUA, o governo do republicano ampliava a ofensiva para exportar pelo planeta a ideologia de extrema-direita, com o apoio de grupos políticos em diversas partes do globo. Desmontar a forma pela qual os norte-americanos interagiam com governos estrangeiros foi o primeiro passo. A etapa seguinte visava substituir esse modelo por uma operação de imposição de uma nova agenda.

Um estudo do Global Project Against Hate and Extremism (Projeto Global Contra o Ódio e o Extremismo) rede de pesquisadores sediada nos Estados Unidos, desvela um plano meticuloso, bilionário e ambicioso para alterar a ordem mundial e transformar o movimento de extrema-direita no novo *status quo*. "As instituições criadas para promover a democracia, os direitos humanos e a cooperação internacional estão sendo desafiadas por uma rede emergente construída em torno do nacionalismo religioso, da retórica supremacista branca e de alianças ideológicas", descrevem os pesquisadores.

A ofensiva é construída por meio de iniciativas diplomáticas, redes transnacionais de ONGs e apoio financeiro condicionado a governos aliados. A "Internacional Reacionária" usa como base o Projeto 2025, agenda que pauta o segundo governo Trump e está enraizada no nacionalismo cristão. Para os ideólogos do projeto, os Estados Unidos devem ser governados de acordo com uma interpretação ultraconservadora da doutrina cristã. "Estamos no processo da segunda Revolução Americana, que permanecerá sem derramamento de sangue se a esquerda permitir", afirmou Kevin Roberts, presidente da Heritage Foundation e mentor da iniciativa.

O PLANO É AMBICIOSO, METICULOSO E MOVIMENTA BILHÕES DE DÓLARES, DESCREVEM PESQUISADORES NORTE-AMERICANOS

A teologia do 2025 baseia-se no Gênesis 1:28: "Crescei e multiplicai-vos, enchei a Terra e sujeitai-a", incluídos todos os seres vivos. Os nacionalistas cristãos entendem esse "domínio" como um mandato divino para o controle das instituições sociais – governo, educação, mídia, família, religião, artes e negócios. "Sob essa visão de mundo, a igualdade de gênero é uma rebelião contra a ordem divina. Leis que protegem minorias são perseguição aos fiéis. O pluralismo atrapalha a obra de Deus. E qualquer um que discorde não está apenas errado, está fazendo o trabalho de Satanás", diz o estudo.

Ao assumir o poder, portanto, a extrema-direita iniciou um desmonte das estruturas de *soft power* dos EUA. A prática da democracia, o apoio aos direitos humanos e o financiamento da assistência humanitária foram substituídos por iniciativas destinadas a promover uma coalizão global centrada na oposição ao direito ao aborto, à igualdade LGBTQ+, a programas de igualdade para mulheres e meninas e na definição de família segundo uma interpretação nacionalista cristã. Para permitir a exportação da ideologia, as reformas foram profundas. No mesmo dia de sua posse, Trump reclassificou milhares de servidores de carreira como ocupantes de cargos políticos que podem ser demitidos sem justa causa. Russell Vought, autor de um dos capítulos do Projeto 2025, foi nomeado como chefe do Escritório de Administração e Orçamento e passou a implementar seu próprio plano. "Essa purga

USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE
UNITED STATES AGENCY INTERNATIONAL DEVELOPMENT

de pessoal viabiliza diretamente a agenda nacionalista cristã global", disse Vought. "Diplomatas de carreira que negociaram acordos internacionais de direitos humanos por décadas estão sendo substituídos por indicados políticos. Sua principal qualificação? Lealdade à ideologia nacionalista cristã e à cruel agenda do Projeto 2025."

Segundo o estudo da rede de pesquisadores, um instrumento central para implementar a agenda global é a Declaração de Consenso de Genebra, iniciativa promovida ainda durante o primeiro mandato de Trump e que afirma não existir um direito internacional ao aborto e promove uma definição de família limitada ao casamento heterossexual. Sob Jair Bolsonaro, o Brasil foi um dos principais laboratórios dessa iniciativa, interrompida no terceiro mandato do presidente Lula. Com a volta de Trump ao poder, a coalizão foi expandida e reúne atualmente 40 países, muitos governados por lideranças autocráticas e cujas violações de direitos humanos estão amplamente documentadas. Por meio dessa ideia, os EUA ditam uma espécie de cartilha a ser seguida para garantir o retrocesso nos direitos das mulheres e nas proteções LGBTQ+, ao mesmo tempo que desafiam as normas internacionais de direitos humanos criadas nos últimos 30 anos.

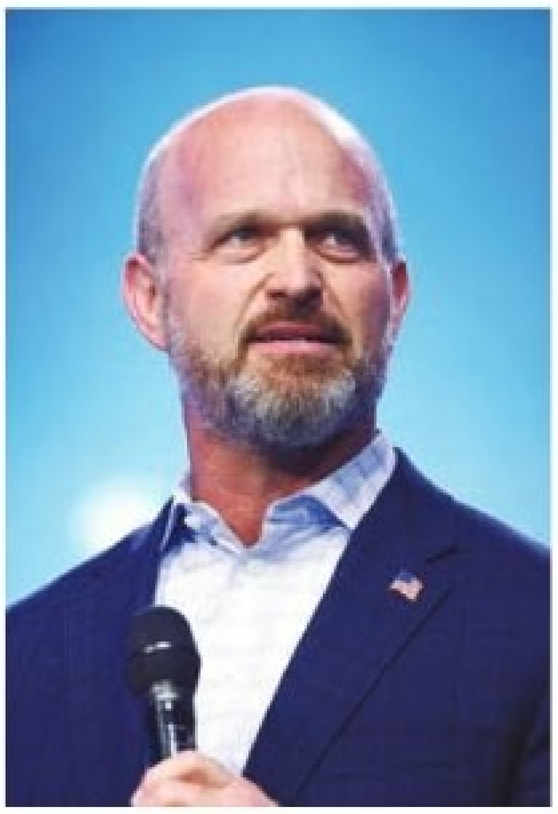
"Deus, Família, Pátria"
"Brasileiros pelo Brasil"

Em entidades como a ONU, o Unicef, braço das Nações Unidas dedicado à infância, e a Organização Mundial da Saúde, a coalizão tenta bloquear as diretrizes que tratam da expansão de direitos ou fazem pressão contra qualquer financiamento destinado a atender uma agenda progressista. O governo Trump ainda abandonou 66 entidades internacionais e cortou 380 milhões de dólares em contribuições.

Um dos focos da exportação da ideologia reacionária é a América Latina. Segundo o levantamento, de acordos de deportação a ataques à igualdade de gênero e aos direitos reprodutivos "a região tornou-se um laboratório para uma poderosa agenda internacional que prioriza o fortalecimento de alianças com atores autoritários dispostos a marginalizar a proteção internacional dos direitos humanos". O estudo acrescenta: "As vitórias eleitorais de José Antonio Kast no Chile, Nasry Asfura em Honduras e Rodrigo Paz na Bolívia em 2025 reforçaram a capacidade de Trump de expandir sua agenda política na região. Eles se juntaram a um grupo de líderes já alinhados com o movimento MAGA, incluindo Javier Milei na Argentina, Nayib Bukele em El Salvador, Daniel Noboa no Equador e Santiago Peña no Paraguai".

A linguagem do Projeto 2025 apontava nessa direção. A estratégia introduziu o termo "re-hemisferização", que envolve a transferência da produção industrial para mais perto dos Estados Unidos, em países da América Central e do Sul. Ao assumir o segundo mandato, Trump de fato reforçou a perspectiva do "Hemisfério Ocidental" e, pela região, líderes alinhados com o republicano começaram a adotar polí-

O desmonte da Usaid faz parte da estratégia global. Roberts, da Heritage Foundation, vê a Segunda Revolução Americana em curso. O lema Deus, Pátria e Família justifica os ataques a minorias. A megaprisão de Bukele tornou-se um tento para o punitivismo da extrema-direita na América Latina



GAGE SKIDMORE, PRESIDÊNCIA DE EL SALVADOR/AFP, SERGIO LIMA/AFP E SGT. MELISSA MARTENS/MARINHA DOS EUA

ticas ultraconservadoras. "A Argentina ilustra como essa transição do plano para a política se desenrolou. O presidente Javier Milei anunciou a retirada do país da Organização Mundial da Saúde, ecoando propostas apresentadas pelo Projeto 2025", disse o levantamento. "Sob a liderança de Milei, a Argentina passou a retroceder nos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQ+. O governo restringiu o acesso à terapia hormonal para menores transgêneros e anunciou planos para remover o feminicídio do Código Penal, apesar do alarmante aumento de casos documentado por observatórios feministas. Essa agenda restritiva ganhou força em 2025, ao mesmo tempo que a dependência econômica da Argentina em relação ao governo Trump se aprofundou."

O caso de El Salvador é emblemático. O presidente Nayib Bukele alinhou-se às prioridades políticas do Projeto 2025 e tornou-se um modelo para candidatos extremistas da América Latina, seduzidos por uma política de combate à criminalidade que atropela os mais básicos direitos humanos e pelo maior presídio do mundo, no qual cabem 40 mil detentos. "Essas prioridades incluem a oposição aos direitos LGBTQ+ e das mulheres, bem como o apoio à proibição total do aborto", observam os pesquisadores. Organizações nos EUA defenderam o arcabouço legal salvadorenho em tribunais internacionais e grupos norte-americanos, entre eles o Moms for Liberty, integrantes do Conselho Consultivo do Projeto 2025, influenciaram as políticas educacionais de Bukele. O país centro-americano tornou-se ainda um campo de testes para as políticas repressivas de deportação do governo Trump.

NA AMÉRICA LATINA E NA ÁFRICA, O PROJETO ESTÁ A TODO VAPOR, COM RESULTADOS VISÍVEIS

Outro destaque é o papel desempenhado pelo Paraguai, apontado como um "laboratório para políticas contrárias aos direitos das mulheres". Antes mesmo de Trump voltar ao poder, Assunção vinha adotando políticas destinadas a desacelerar o progresso das mulheres e da comunidade LGBTQ+. As iniciativas incluem a proibição de termos como "igualdade de gênero" em instituições educacionais, a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a representação pública do país como uma "ilha de conservadorismo". O aborto não é permitido nem mesmo nos casos de estupro. A única exceção legal é quando a vida da gestante está em risco.

Com essas credenciais, o Paraguai tem buscado cada vez mais relevância internacional nas redes alinhadas a Trump. "Ao sediar eventos de grande repercussão, como a CPAC e o Foro Madrid, o país tornou-se um ponto de encontro para líderes da extrema-direita da América Latina, Europa e Estados Unidos", descreve o estudo. O presidente Santiago Peña também tenta impressionar a base mais radical de Trump. "Enquanto o Paraguai existir, haverá pessoas que dirão, em alto e bom som, ao mundo: não ao aborto livre, não a ideias alternativas de família e não a experimentos sociais radicais", afirmou em uma das reuniões.

A influência de lideranças norte-ame-

ALICE FÜR DEUTSCHLAND!

ricanas contrárias aos direitos humanos sobre as políticas paraguaias tem se tornado cada vez mais evidente. O Institute for Women's Health (IWH), comandado por Valerie Huber, anunciou que a entidade e o governo Peña iriam implementar projetos conjuntos. Huber foi a arquiteta do Consenso de Genebra e secretária de Família de Trump no primeiro mandato.

Na Guatemala, a parceria entre a mesma IWH e o governo local envolveu o desenvolvimento de cartilhas para pais e professores. "O casamento", define o material, "é um compromisso para toda a vida entre um homem e uma mulher" e que "a única maneira 100% eficaz de evitar a gravidez na adolescência é esperar até o casamento para ter relações sexuais."

A extrema-direita norte-americana igualmente avança no continente africano. O Burundi tem se associado a organizações ligadas ao Projeto 2025 para promover políticas que enfatizam a abstinência. Em Uganda, a aproximação com os EUA coincide com a aprovação de uma das leis anti-LGBTQ+ mais agressivas do mundo, que inclui a imposição da pena de morte em certas situações. A estratégia envolve, porém, muito mais que um convencimento acerca de certas posições que os reacionários gostam de chamar de "valores". Em dezembro último, o presidente do Quênia, William Ruto, e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, assinaram um acordo de 2,5 bilhões de dólares para o país africano se tornar um modelo para a Estratégia Global de Saúde "América Primeiro". Trata-se de uma aliança que tem se espalhado por todo o continente e envolve pactos bilaterais projetados para substituir instituições multilaterais como a OMS. Se, pelo acordo, o país africano é obrigado a adotar os princípios ultraconservadores dos EUA, o pacto também foi visto como uma oportunidade para o governo local garantir que não houvesse qualquer compromisso de promoção da democracia ou de direitos humanos.

A unidade da UE é posta em xeque por legendas como o Vox, na Espanha, e a AfD, na Alemanha. Com Kast, o pinochetismo renasce no Chile

A EXTREMA-DIREITA DOS EUA AGE PARA MOLDAR A EUROPA À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA

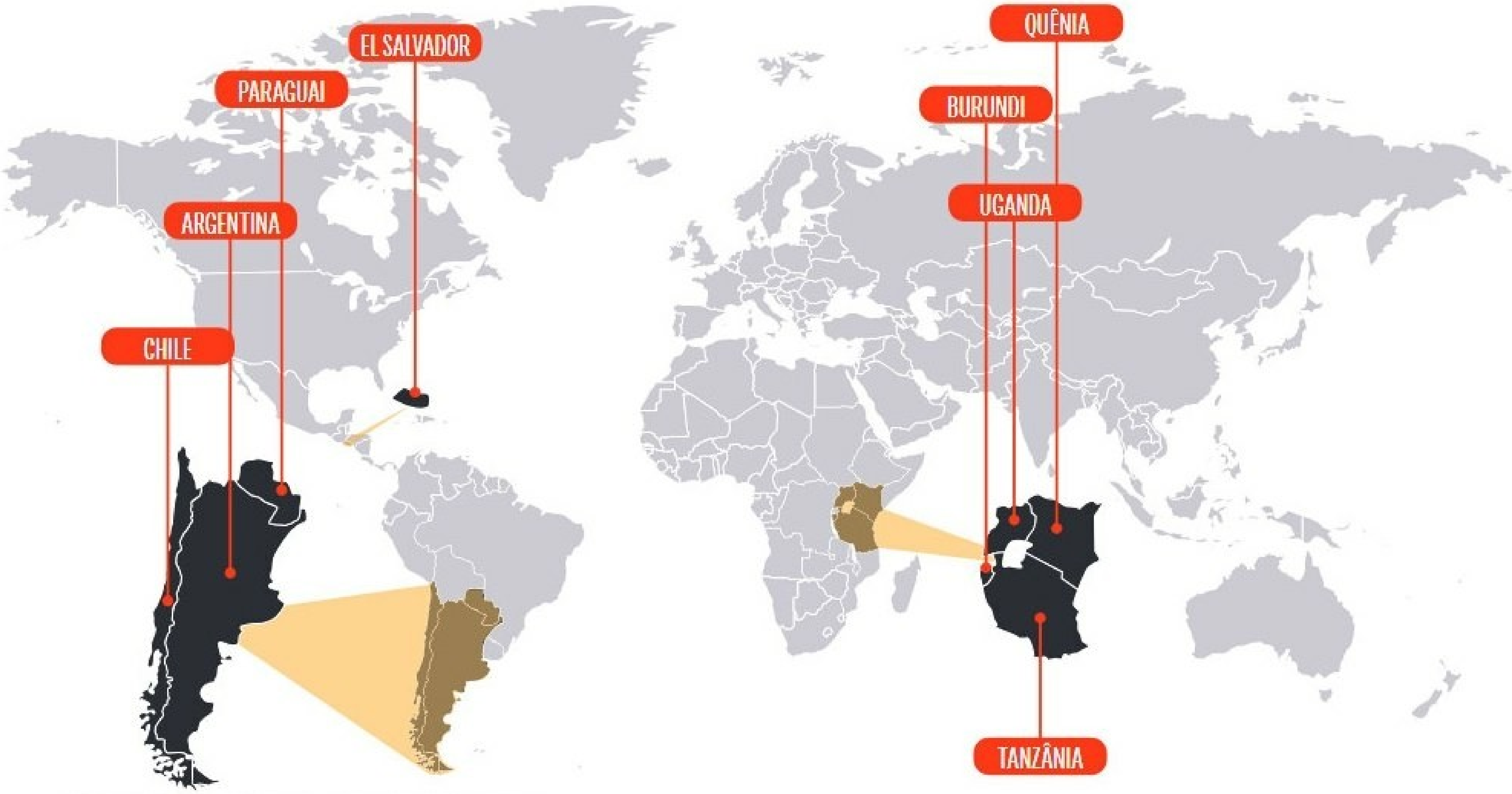
O governo Trump ofereceu a continuação dos tratados tarifários com os africanos, na condição de que eles adotassem suas políticas sociais antidireitos. "Em dezembro, o Quênia reafirmou rapidamente seu alinhamento e sua retórica de 'família natural' e conquistou o direito de ter suas tarifas de 42% reembolsadas retroativamente", aponta o documento. "Os EUA não subsidiarão mais a indústria manufatureira africana, a menos que essa produção seja acompanhada de total fidelidade ideológica."

De acordo com o estudo, a agenda antimulher e anti-LGBTQ+ dos Estados Unidos espalhou-se pela África – cerca de 20 países passaram a subscrever a Declaração de Genebra. A investigação descobriu que o auxílio externo e a diplomacia dos EUA foram usados para "pressionar os países a assinar" os tratados. Em alguns casos, como o do Sudão, a assinatura da declaração "coincidiu com a remoção da lista de países terroristas dos EUA e com o aumento da ajuda ou do comércio".

Os planos da Casa Branca incluem moldar a Europa à sua imagem e, por extensão, erradicar políticas progressistas. Por anos, a extrema-direita norte-americana olhou para a Hungria de Viktor Orbán como referência. Mas, com a derrota nas recentes eleições parlamentares, o foco do movimento é o de dar apoio a forças políticas de oposição. Vista como bastião de posições liberais, a Europa precisa ser "contida" por meio de uma guerra cultural.

CAMPOS DE TESTE

Os laboratórios da extrema-direita no mundo em desenvolvimento



Fonte: Global Project Against Hate and Extremism

"Isso protegerá a extrema-direita americana, enfraquecerá o liberalismo na Europa e nos Estados Unidos e prejudicará o projeto europeu como um todo", avalia o estudo. A nova Estratégia de Segurança Nacional de Washington planeja "restaurar a identidade ocidental da Europa" e salvá-la do "apagamento civilizacional".

Segundo os pesquisadores, o Projeto 2025 defende a interferência na política interna europeia por meio do apoio a "partidos patrióticos" de extrema-direita, uma intervenção antes impensável nos assuntos internos de um aliado. Desde que voltou ao poder, Trump e aliados têm feito exatamente isso. A ordem é apoiar, de todas as maneiras possíveis, grupos como o Vox, da Espanha, Chega, de Portugal, e a AfD, da Alemanha, entre outras facções extremistas, fascistas e neonazistas do continente. Parte da estratégia centra-se na exigência de que empresas europeias e prefeituras abandonem iniciativas de diversidade, caso queiram manter alguma relação com os EUA.

A constatação dos pesquisadores é de que, para além das fronteiras dos Estados Unidos, a base mais radical do trumpismo tem construído uma infraestrutura global para a expansão de sua ideologia. Isso implica adoção de leis, redes de financiamento e pressão política. "Onde, antes, as instituições governamentais dos EUA promoviam os direitos humanos, agora organizações privadas promovem o nacionalismo cristão". Conclusão: o projeto é global. "Todo o sistema pós-Segunda Guerra Mundial está sendo desmantelado. As proteções aos direitos humanos, definidas por consenso internacional, estão sendo substituídas por 'direitos naturais' definidos por doutrinas religiosas. A promoção da democracia é substituída pela defesa da 'família natural'. A assistência humanitária está sendo substituída pela conformidade ideológica".

As mesmas redes que remodelam as instituições norte-americanas constroem, de forma ativa, alianças internacionais, estratégias jurídicas e estruturas políticas destinadas a consolidar essa agenda em todo o mundo. "A criminalização de pessoas LGBTQ+, os papéis de gênero obrigatórios, o controle reprodutivo, a fusão entre Igreja e Estado – tudo isso está retornando e conta com os recursos do governo mais poderoso do mundo", conclui o estudo. •

REGINA ASSIS, PRESIDÊNCIA DO CHILE, VOX ESPANHA E KIRILL KUDRYATSEV/AFP

Na contramão

SOBERANIA Ao contrário dos maiores produtores, o Brasil coloca em risco o controle da exploração de minerais críticos

POR ANDRÉ BARROCAL

Há tempos o presidente Lula defende a ideia de que as riquezas minerais brasileiras são um ativo para reavivar a indústria nacional. A expansão industrial incrementa o valor agregado da economia e estimula a contratação de trabalhadores qualificados e o pagamento de salários melhores. Os ventos internacionais sopram a favor de posturas mais atuantes e estatistas, conforme o Banco Mundial. A corrida de Donald Trump por minerais críticos, em especial terras-raras, na tentativa de driblar a hegemonia da China, é uma prova eloquente. No Congresso, o líder do partido de Lula e um deputado e ex-secretário do Ministério de Desenvolvimento propõem que uma empresa estatal seja a locomotiva da industrialização a partir da mineração. Mas, apesar das próprias declarações e de o bonde da História passar bem na porta, o presidente não bancou a ideia

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →
pág. 20
6x1. A batalha pela redução da jornada de trabalho pega fogo no Congresso

Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, sabota as iniciativas de maior presença estatal

da empresa pública. Seus motivos não estão claros. No governo, ouve-se que o Legislativo de maioria direitista é um problema, idem as negociações com a Casa Branca para enterrar de vez o "tarifaço" e manter estáveis as relações com os norte-americanos.

Sem a solução estatal, Lula liberou o time para negociar a votação de uma lei feita sob medida para atender ao interesse dos exploradores de sempre do País. O texto foi parido no instituto das mineradoras privadas, o Ibram, e encontra apoio entusiasmado da equipe do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Há relatos de que Silveira sabotou visões diferentes. A elaboração de uma Estratégia Nacional de Minerais Críticos pela Casa Civil da Presidência em um conselho comandado pelo ministro foi abortada. A crise chegou a Lula, uma reunião com ele foi marcada para 27 de março. Na véspera, os planos da Casa Civil vazaram em um site, carimbados de "pacote Maduro", alusão ao ex-líder venezuelano. Há quem jure ter sido obra do time de Silveira. Uma versão do "pacote" havia ido parar nas mãos da ex-senadora Kátia Abreu, desde janeiro integrante do conselho de administração de uma subsidiária brasileira de uma mineradora canadense, a Sigma Lithium, dona da maior mina de lítio do Brasil. Abreu telefonou para um funcionário da Casa Civil para se queixar do plano.

Recém-filiada ao PT, a ruralista tem sido uma colaboradora informal do Ibram. Por trás do desenho da lei que pode ser votada nos próximos dias no Parlamento está o deputado paulista Arnaldo Jardim, do mesmo partido do ex-deputado que comandou o Ibram por quatro anos até morrer em janeiro, Raul Jungmann. Cabe a Jardim dar a cara final a um projeto apresentado em 2024 pelo colega Zé Silva, de Minas Gerais, e que o presidente da Câmara, Hugo Motta, promete levar a votação. Dois economistas e servidores do governo contrários ao texto preparado por Jardim fazem o mesmo diagnóstico: do jeito que está, aprofundará um tradicional modelo de exploração mineral que emprega pouco, paga imposto exíguo e deixa passivos ambientais. Os servidores compartilham ainda uma segunda avaliação: os escalões médios do governo estão repletos de funcionários antiestatais.

O relatório de Jardim deve ser apresentado em 4 de maio. Uma versão chegou antecipadamente ao governo. *CartaCapital* teve acesso ao texto. Jardim propõe criar uma Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Haveria leilões prioritários de áreas exploratórias organizados pela Agência Nacional de Mineração e dois instrumentos financeiros. Um fundo privado de 2 bilhões de reais, para servir de garantia a pedidos de empréstimo feitos por interessados em prospectar minerais. E incentivos fiscais de 2,5 bilhões de reais, entre 2030 e 2034, para fomentar a transformação de minério bruto em um produto industrial mais refinado.

Entre a retirada do solo e a utilização, por exemplo, em baterias de carros e celulares há duas etapas industriais que aumentam a pureza do minério. Aí está o valor agregado. Segundo dados que circulam no governo, a diferença de preço entre o metal vendido logo após extraído, uma especialidade local desde os tempos coloniais, e os concentrados industriais mais puros varia de 15 a 50 vezes. É como se o Brasil tivesse outro bilhete premiado, como aconteceu com o petróleo do pré-sal há duas décadas. Graças à descoberta, o País é hoje um dos dez produtores e uma das 15 reservas petrolífe-

Esquizofrenia? O presidente Lula diz uma coisa, o governo faz outra

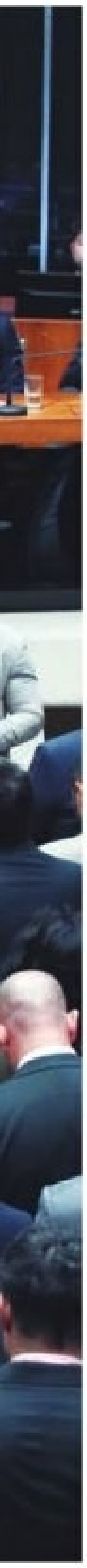
FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL E CRISTIAN ARK/GOVGO

ras, daí conseguir minimizar os efeitos da elevação do barril causada pela guerra no Irã. No caso dos minerais críticos, possui cerca de 10% das reservas mundiais, tendo mapeado só 30% do território. Em nióbio, metal supercondutor de proveito em eletrônica e informática, é a maior reserva. Em terras-raras, usadas em motores de carros elétricos, é a segunda. Em níquel, empregado em baterias de carros elétricos, a terceira.

O imenso potencial brasileiro levou o deputado Rodrigo Rollemberg, do PSB, ex-secretário de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, a apresentar, em abril, uma lei para criar uma estatal, a TerraBras, para gerir, explorar, industrializar e comercializar as reservas. No dia seguinte, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai, propôs um projeto para transformar a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, mais conhecida como Serviço Geológico do Brasil, na mesma TerraBras. “Criar uma empresa de capital misto para minerais críticos não é estatização. É a resposta brasileira, tardia, a um jogo que os outros começaram há anos”, escreveu em artigo recente o economista Jean-Paul Prates, ex-presidente da Petrobras no início do atual governo. “Os críticos da intervenção estatal dirão que o mercado privado resolve. A Serra Verde responde esse argumento com precisão cirúrgica: resolveu, sim. Resolveu a soberania dos Estados Unidos.”

Dona da única mina de terras-raras fora da Ásia, a empresa Serra Verde, de Goiás, acaba de ser vendida a uma mineradora norte-americana por 2,8 bilhões de dólares. O partido Rede recorreu ao Supremo Tribunal Federal para tentar anular o negócio. Invoca a defesa da soberania nacional, do patrimônio estratégico e o artigo 176 da Constituição, segundo o qual os recursos minerais pertencem à União, embora possam ser aproveitados por particulares mediante autorização ou concessão. A ação está aos cuidados de Kassio Nunes Marques, má notícia para os autores. Coube ao juiz relatar uma ação do governo Lula que queria cancelar parte da lei de privatização da Eletrobras, o que devolveria o controle da *holding* ao Estado. Marques não deu a liminar requerida pela Advocacia-Geral da União e mediou um acordo que passou longe das intenções lulistas.

A Serra Verde nunca foi brasileira. Aliás, empresas de 20 países possuem direitos minerários sobre uma área do tamanho do Rio Grande do Sul, conforme dados internos do governo. A mina em Goiás era de um fundo norte-americano, de um britânico e de um global. No fim do ano passado, a Serra Verde encurtou contratos de longo prazo com a China, de olho em financiamento estadunidense. Sua compradora, a USA Rare Earth, fez um acordo de semiestatização



Lobby. As mineradoras influenciam a Câmara e têm digitais no projeto de Jardim. O ministro Silveira alinha-se

REDES SOCIAIS/MME, WENDERSON ARAÚJO/SISTEMA CNA SENAR E ZECA RIBEIRO/AGÊNCIA CÂMARA

com Trump. Vendeu 10% do capital ao governo. A parceria foi selada em meio a um programa lançado pelo republicano em busca de fornecedores cativos de minerais críticos aos EUA. A China domina o ramo mais especial dessa atividade, as terras-raras. Segundo o jornal *Financial Times*, responde por 70% da produção, 90% da separação entre o que é metal e o que é resíduo e 93% da fabricação de ímãs feitos com o material. Ímãs de terras-raras estão em motores de carros elétricos, turbinas eólicas, fones de ouvido e discos rígidos de computadores, entre outros.

A história da China nessa exploração começou há 31 anos, justamente nos EUA. Duas estatais adquiriram a unidade de negócios de ímãs da GM. Logo depois, arremataram uma fábrica similar, mas de origem francesa, nas redondezas. Em 2004, fecharam as portas de ambas e levaram a tecnologia para casa. A hegemonia atual permite aos chineses decidir o preço das terras-raras e quebrar rivais. Para tentar impulsionar esse segmento internamente, os EUA valem-se da mão do Estado. O caso da USA Rare Earth não é isolado. Outra companhia, a MP Materials, vendeu parte das ações ao Pentágono. E este não só injetou capital na empresa como se comprometeu a comprar dez anos de produção pelo dobro do preço. O objetivo é fazer com que a empresa tire do papel, em 2028, uma segunda planta e reduza a dependência de Tio Sam em relação à China.

A Indonésia, dona de 42% das reservas e de 64% da produção de níquel, é outro exemplo de ação estatal agressiva para forçar a industrialização. Desde 2009, o país tem uma legislação moldada aos poucos até chegar à situação atual: proibição de exportar minério bruto de níquel e estatização parcial de companhias. A brasileira Vale perdeu o controle de uma subsidiária lá. A Indonésia tem controlado o preço internacional do níquel do mesmo modo que a China em terras-raras e a Opep no petróleo. Calcula-se que conseguiu atrair investimentos estrangeiros de 30 bilhões de dólares nos últimos anos. De 2014 a 2024, o PIB cresceu quase 50%, conforme o FMI.

Na vizinhança brasileira, outra experiência estatal agressiva é no Chile. O país é o maior produtor de cobre e quer tirar proveito de suas grandes reservas de lítio. No ano passado, criou uma companhia de capital misto, a Nova Andina Lítio, ao lado de uma empresa privada, que atuava sozinha na extração de lítio, agora terá o governo como sócio majoritário a partir de 2030 e ficará com apenas 15% da margem operacional do negócio.

Apesar da derrota no governo Lula da ideia de uma TerraBras, os planos confeccionados para levar à negociação com os deputados têm certa ousadia. Pretende-se obter autorização para controlar as exportações de minerais críticos brutos, via cotas e impostos, como a Indonésia. Controlar também negócios como a compra da Serra Verde por uma empresa norte-americana, algo existente nos EUA por meio de um comitê de investimentos. Permitir a montagem de estoques estratégicos de minerais críticos para abastecer o mercado interno. E adotar contratos de concessão com condicionalidades, em troca do direito de exploração do solo. Menos mal. •

EUA, China e Indonésia **aumentaram a interferência** do Estado

Agora vai?

TRABALHO Apesar da reação patronal, a proposta de extinguir a escala 6x1 avança na Câmara dos Deputados

POR FABÍOLA MENDONÇA

Quase dez anos após a retirada de direitos históricos pela reforma de Michel Temer, em 2017, a classe trabalhadora tem a oportunidade de conquistar a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, em escala de cinco dias de trabalho e dois de descanso, encerrando o extenuante modelo 6x1. A última redução da carga horária laboral no País ocorreu em 1988, com a Constituição Federal, quando a jornada passou de 48 para 44 horas semanais. Aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 22 de abril, as duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) sobre o tema serão analisadas por uma comissão especial criada pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos), que prometeu prioridade à tramitação. Paralelamente, o governo Lula enviou ao Legislativo um Projeto de Lei em regime de urgência, cujo conteúdo tende a ser incorporado e analisado em conjunto com as PECs.

O PL do Executivo serviu de pressão para acelerar um debate que se arrasta na Câmara desde 2019, quando o deputado Reginaldo Lopes, do PT mineiro, apresentou a primeira PEC sobre o tema, propondo redução da jornada para 36 horas semanais, com um período de transição de dez anos. Em 2025, a deputada Erika Hilton (PSOL) apresentou outra PEC, também com 36 horas semanais, mas prevendo escala 4x3, com quatro dias de trabalho e três de descanso, que entraria em vigor 360 dias após a publicação.

As propostas foram apensadas e aprovadas em bloco na CCJ, seguindo agora para a comissão especial. Como o projeto do governo tramita em urgência, a Câmara tem 45 dias para votar a matéria, prazo também aplicado ao Senado. Considerando o envio em 14 de abril, os deputados teriam até o fim de maio para votar e os senadores até meados de julho. Se os prazos não forem cumpridos, a pauta do Congresso ficará travada. "Tudo indica que cumpriremos o prazo de urgência constitucional pela via da PEC antes dos 45 dias do regime de urgência do PL. Mantido o calendário, em maio teremos condições objetivas e convergência em torno do projeto do governo para viabilizar um acordo", explica Lopes *(entrevista na pág. 24)*, que pretende apresentar uma emenda à própria PEC para incorporar a proposta do Executivo de redução para 40 horas semanais, com implantação imediata.

Duas PECs sobre o tema receberam aval da Comissão de Constituição e Justiça na Casa

Para o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, se a PEC for aprovada antes, o projeto do governo perde força. No entanto, como o rito de emenda constitucional é mais longo, o PL do Executivo poderia ser aprovado primeiro, permitindo a implementação imediata do fim da escala 6x1. Depois, as PECs consolidariam a mudança com mais segurança jurídica, dificultando retrocessos em futuros governos.

Em coletiva para anunciar o PL do Executivo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, classificou o fim da escala 6x1 como um "grito de liberdade". "O presidente Lula ouviu o clamor dos trabalhadores

TRABALHAR
PARA VIVER
E NÃO
VIVER PARA
TRABALHAR
#FIMDAESCALA6X1
A ESCALA

que estão exaustos, adoecendo, enfrentando *burnout*, sem tempo para descanso, autocuidado ou família. Um trabalhador com mais qualidade de vida produz mais e melhor", disse. Marinho reforçou: "Melhorar o ambiente de trabalho é fundamental. Um ambiente saudável reduz o absenteísmo, melhora a concentração e o foco, sem provocar estresse. Jornadas excessivas levam ao adoecimento mental".

Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, o fim da escala 6x1 é um "ato de justiça" com o trabalhador brasileiro. "A última vez que se mexeu em jornada foi com a Constituição de 1988. De lá para cá, muita coisa mudou. A produção aumentou e a massa de trabalhadores diminuiu. Tivemos avanços tecnológicos em que os empresários aproveitaram para substituir mão de obra. Hoje, o Brasil está maduro para absorver a redução de jornada e a sociedade comprou essa pauta", avalia.

A CUT, por sua vez, apoia a mudança, mas alerta para o risco de "emendas oportunistas" que possam "desvirtuar o texto, repetindo retrocessos da reforma trabalhista de 2017, ou que busquem transferir direitos essenciais para a esfera de acordos individuais". O receio da central sindical é a inclusão de dispositivos que permitam redução salarial ou condicionem a transição a negociações entre patrões e empregados.

Uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada em fevereiro, mostra que 3,7 milhões de brasileiros – 9% dos empregados com carteira assinada – trabalham 40 horas semanais. Outros 31,8 milhões (74%) ainda enfrentam jornadas de 44 horas. Apesar disso, estes têm menor escolaridade e recebem, em média, 58% menos que os que trabalham 40 horas *(gráfico na pág. 23)*. Um estudo da Oxfam aponta ainda que 45% dos assalariados rurais trabalham mais de 40 horas semanais, muitas vezes com escalas intensivas e sem garantia efetiva de descanso semanal, especialmente nos períodos de plantio e colheita.

A pesquisa do Ipea indica que o impacto econômico do fim da escala 6x1 seria limitado. Nos setores de indústria e comércio, o aumento do custo operacional seria de apenas 1%, semelhante ao efeito dos reajustes do salário mínimo, sugerindo grande capacidade de absorção. O setor mais afetado seria o de segurança e vigilância, com alta estimada de 6,6% nos custos.

"Os setores que têm a menor remuneração serão mais afetados, porque o custo do trabalho representa muito e há uma margem de lucro apertada. Melhora um pouco a vida do trabalhador, e isso é bom, mas afeta o lucro. Para os setores de alta remuneração, o efeito já é bem menor", avalia o economista Paulo Gala, professor da FGV de São Paulo. "Quem

Chaga. "A pauta ganhou corpo porque tocou em uma ferida real do Brasil", afirma o vereador Rick Azevedo, criador do Movimento Vida Além do Trabalho

ELINE LUZ/IMPRENSA ANDES-SN E LUCIOLA VILLELA/CÂMARA RIO

Governo. "O presidente Lula ouviu o clamor dos trabalhadores", comenta Boulos. "Jornadas excessivas levam ao adoecimento mental", emenda Marinho

trabalha na escala 6x1, em geral, ganha cerca de 3 mil reais por mês. Os setores de maior renda já operam em 5x2."

O debate ganhou força com o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), criado por Rick Azevedo (PSOL), eleito vereador do Rio de Janeiro com essa bandeira. "O VAT nasce de um grito meu que acabou ecoando em milhões de trabalhadores. Era um desabafo sobre a realidade da escala 6x1, sobre cansaço e sobre não ter tempo para viver. Aquilo não ficou em mim. As pessoas se reconheceram, começaram a compartilhar suas histórias e a pauta ganhou corpo porque tocou numa ferida real do Brasil", observa.

"A medida proposta alinha-se aos princípios de justiça social e desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio entre as necessidades econômicas das empresas e o direito dos trabalhadores a uma vida digna e a condições de trabalho que favoreçam sua saúde e bem-estar", justificou Hilton durante a apreciação do projeto na CCJ, em uma sessão marcada por debates acalorados.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, foi um dos primeiros a se oporem ao projeto, afirmando que a redução da jornada pode gerar uma "quebradeira geral na economia". Kim Kataguiri, filiado ao Partido Missão e oriundo do Movimento Brasil Livre (MBL), classificou a proposta como populista, sendo imediatamente rebatido pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL): "Ele não faz ideia do que é um jovem trabalhador que precisa acordar cedo, pegar transporte público, bater cartão, voltar, não ir para casa, mas ir para a faculdade para poder trabalhar, dormir de madrugada e acordar na outra madrugada. E vem aqui dizer que isso é demagogia, que isso é populismo", disse durante a sessão. Cientes do apelo popular da pauta, vários parlamentares do Centrão e da extrema-direita contrários à iniciativa se retiraram da votação para não se indispor com o eleitorado.

Uma semana antes da votação na CCJ, Lucas Redecker (PSDB) e Bia Kicis (PL) já haviam pedido vista do relatório do deputado Paulo Azi (União Brasil), como forma de obstruir a tramitação das PECs. Recentemente, os presidentes do PL e do União Brasil, Valdemar Costa Neto e Antônio Rueda, respectivamente, orientaram suas bancadas a votar contra. O cenário indica que a aprovação da proposta enfrentará forte resistência no Congresso.

Mais que uma disputa entre os interesses da classe trabalhadora e os do setor patronal, o que está em jogo é uma disputa política. De um lado, o presidente Lula busca consolidar a mudança como marca de seu terceiro mandato. De outro, Hugo Motta tenta emplacar as PECs em detrimento do PL do governo, como forma de assumir protagonismo no debate.

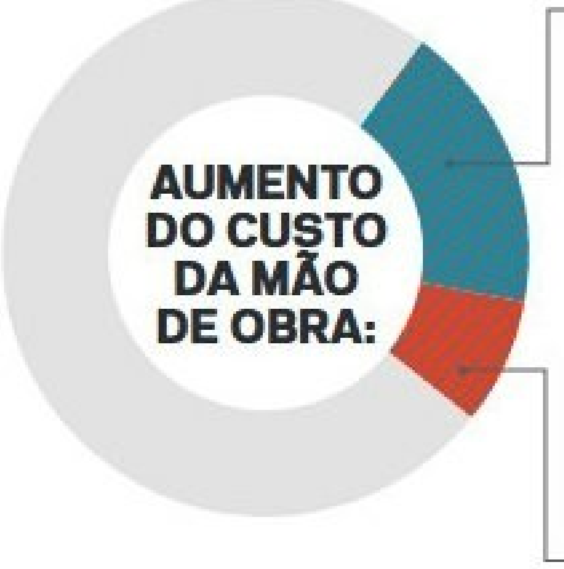
O presidente da Câmara sustenta que a emenda constitucional é o instrumento mais adequado para tratar do tema, por permitir uma discussão mais ampla com todos os setores impactados. Ele também defende a desoneração da folha de pagamento e uma redução gradual da jornada como forma de compensação para as empresas. Esses pontos devem ser tratados durante o debate na comissão especial. •

Acordo. Hugo Motta prometeu dar prioridade à tramitação da proposta na Câmara

REGINA ASSIS, KAYO MAGALHÃES/AGÊNCIA CÂMARA, REDES SOCIAIS SG/PR E MARCELO CARNAVAL/AGÊNCIA BRASIL

IMPACTOS SETORIAIS

Efeitos econômicos da redução de jornada e do fim da escala 6x1

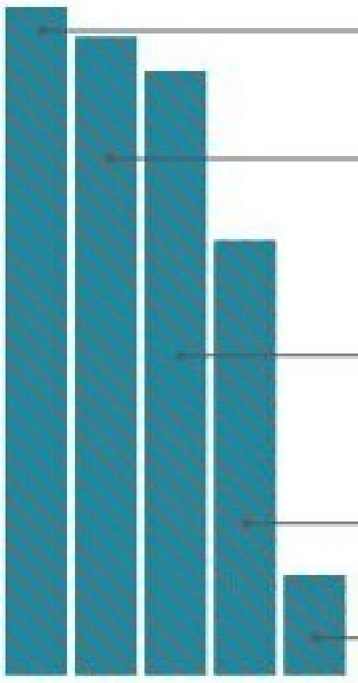


17,57% com uma jornada semanal de **36 horas e escala 4x3**

7,84% com uma jornada semanal de **40 horas e escala 5x2**

Fonte: Ipea.

AUMENTO DO CUSTO OPERACIONAL:



6,6% em **atividades de segurança e vigilância**, o setor mais afetado

6,3% em empresas de seleção, **agenciamento e locação de mão de obra**

5,9% em serviços para **edifícios e atividades paisagísticas**

4,3% em atividades de **correio e outras modalidades de entrega**

1% **na indústria e comércio**, que empregam 13 milhões de trabalhadores

ESFORÇO RECOMPENSADO?

Quem trabalha 44 horas por semana recebe, em média, 58% menos do que quem cumpre 40 horas (2023)

44 HORAS:

31,8 milhões de trabalhadores

74% do total de celetistas

R$ 2.627 de média salarial

40 HORAS:

3,7 milhões de trabalhadores

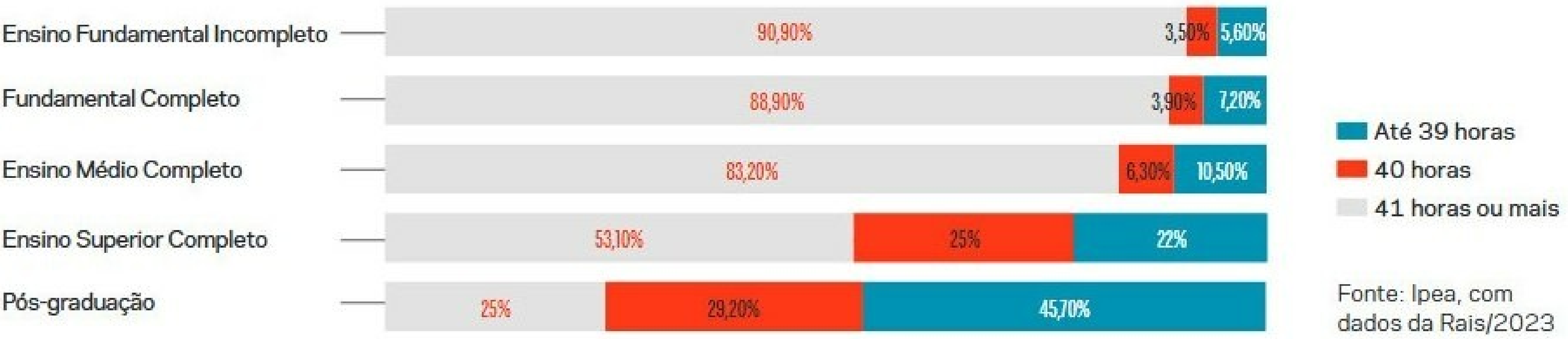
-9% do total de celetistas

R$ 6.211 de média salarial

Fonte: Ipea, com dados da Rais/2023

O PESO DA QUALIFICAÇÃO

Duração da jornada de trabalho por nível de escolaridade (2023)



Fonte: Ipea, com dados da Rais/2023

"O momento é agora"

ENTREVISTA A oposição usa o calendário eleitoral para tentar protelar o fim da escala 6x1, alerta Reginaldo Lopes

Autor da primeira proposição legislativa pelo fim da escala 6x1, o deputado federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, pretende apresentar uma emenda à sua própria PEC, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para adequar sua proposta ao projeto enviado pelo governo federal em 14 de abril. Pela nova redação, a jornada de trabalho seria reduzida de 44 para 40 horas semanais, como propõe o Executivo, abrindo mão da versão original, que previa 36 horas.

Na entrevista a seguir, concedida à repórter **Fabíola Mendonça**, o parlamentar fala sobre a tramitação do projeto, a expectativa em torno da aprovação da matéria e os impactos da alteração na legislação. A íntegra está disponível em vídeo, no canal da *CartaCapital* no YouTube.

As diferentes propostas

Em 2019, no governo Bolsonaro, o País registrava desemprego em dois dígitos. Naquele contexto, apresentei um projeto para reduzir a jornada de trabalho de 44 para 36 horas ao longo de dez anos: dois anos no momento da implementação e, a cada ano, a diminuição de uma hora semanal, até alcançar a meta de 36 horas. Quando surgiu o debate do fim da escala 6x1, puxado pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT), minha PEC já tramitava na CCJ e havia recebido parecer favorável, mas uma manobra regimental retirou o texto de pauta em 2023. Em seguida, o VAT ganhou força, e a deputada Erika Hilton apresentou, em 2025, uma nova PEC propondo jornada de 36 horas e escala 4x3. Em dezembro de 2025, decidimos, com o presidente Lula, convergir para a redução imediata de 44 para 40 horas semanais, com escala 5x2, permitindo diferentes arranjos via convenções coletivas. Agora, apresento uma emenda à minha própria PEC, em diálogo com o texto do governo, por entender que o fim da escala 6x1 deve ser estabelecido por emenda constitucional.

Quem se beneficia?

Dois terços dos trabalhadores já conquistaram a jornada de 40 horas semanais, com escala 5x2. No entanto, perto de 31,7 milhões de brasileiros não obtiveram esse avanço por meio da negociação e continuam cumprindo 44 horas semanais. Em comparação com quem cumpre 40 horas, esses trabalhadores recebem, em média, salários 58% menores, segundo estudo do Ipea. Queremos estender a todos o direito a uma jornada mais humana, e pesquisas indicam que isso aumenta a produtividade e reduz a rotatividade.

> "A compensação ao setor patronal é o aumento da produtividade", afirma o deputado

Caminhos legislativos

Um Projeto de Lei (PL) precisa passar pelas comissões permanentes, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é analisada por uma comissão especial. Tudo indica que cumpriremos o prazo de urgência constitucional pela via da PEC antes dos 45 dias do regime de urgência do PL. Mantido o calendário, em maio teremos condições objetivas e convergência em torno do projeto do governo para viabilizar um acordo. Depois, a proposta segue para o Senado, onde precisa ser aprovada em dois turnos, sem alterações. Somente então a PEC é promulgada pelo Congresso.

Avanço civilizatório

Hoje, há um quadro de adoecimento, com cansaço físico e emocional dos trabalhadores em razão da escala 6x1. Temos, em média, 500 mil trabalhadores afastados por questões psicossociais a cada ano. O problema não é o custo de acabar com essa escala, e sim o de mantê-la. Nos últimos cem anos, tivemos ganhos expressivos de produtividade, impulsionados por avanços tecnológicos, como a quarta revolução industrial e, agora, a Inteligência Artificial. Por isso, os impactos econômicos da redução da jornada são limitados – não há o caos apontado por alguns setores. Ao mesmo tempo, quem precisa de mão de obra enfrenta dificuldades para formalizar trabalhadores que demandam mais tempo de vida. Quando a escala é 6x1,

GABRIEL PAIVA/PT NA CÂMARA

Vagas ociosas. "Quando a escala é 6x1, muitos trabalhadores nem sequer comparecem a entrevistas de emprego"

muitos nem sequer comparecem a entrevistas de emprego. Setores que se anteciparam a essa mudança estão quadruplicando o preenchimento de vagas. Trata-se de um projeto de nação, de caráter civilizatório: uma política de ganha-ganha, em que todos se beneficiam.

Oposição na contramão

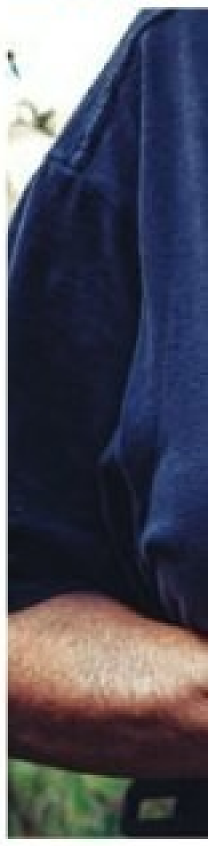
Estamos diante de um debate estruturante das novas relações do mundo do trabalho no século XXI. Vou trabalhar para convencer a oposição de que esta proposta aumenta a coesão social e, portanto, fortalece o projeto de País. As eleições serão disputadas em 4 de outubro. Todos os deputados e senadores foram eleitos para cumprir seus mandatos até 31 de janeiro de 2027 e têm compromisso constitucional com o povo brasileiro. Espero que, juntos, possamos construir essa convergência. Há quem sustente que não é o momento, por estarmos próximos das eleições. No entanto, quem afirma que o momento eleitoral dificulta o debate, na verdade, tenta desviar sua essência. Não podemos aceitar esse argumento. O momento é agora.

Compensações ao setor patronal

A compensação é o ganho de produtividade. Ao reduzir a jornada de trabalho e acabar com a escala 6x1, os setores produtivos tendem a tornar-se mais competitivos. Essa questão, na minha opinião, está resolvida. A segunda questão é a transição de implementação – aí, sim, considero que podemos debater. Em 2019, propus uma transição de oito anos, com redução de uma hora por ano, saindo de 44 para 36 horas. Já se passaram sete anos. Naquele momento, fiz estudos considerando a meta de 36 horas semanais. Agora, apresento uma emenda assumindo o compromisso com a redução para 40 horas e o fim da escala 6x1. Estamos preparados para implementar a mudança imediatamente. O debate na Comissão Especial vai girar em torno dessa PEC, que é a primeira e sobre a qual o relator dará o parecer de mérito. Mas não é possível discutir a proposta fora de contexto.

Debate amadurecido

O Brasil, que firmou recentemente um acordo com a União Europeia, é um dos países com maior jornada de trabalho entre todos os integrantes do bloco. Na Europa, a jornada média varia de 35 a 40 horas semanais. Poucas nações mantêm a escala 6x1. Precisamos dar visibilidade a esses dados e construir maioria no plenário da Câmara. Queremos setores econômicos fortalecidos, mas também trabalhadores com dignidade, saúde mental e qualidade de vida. •



Territórios vivos

SAÚDE MENTAL Em meio à epidemia de transtornos mentais no País, coletivos criam redes de cuidado nas periferias

POR MARIANA SERAFINI

"Olha aí, olha aí, freguesia. É o carro do louco passando na sua rua." Quem vive em bairros periféricos nos grandes centros urbanos já se acostumou ao som dos carros de ovos ou de pamonhas. Foi justamente essa linguagem popular que Géssica de Paulla escolheu para convocar os vizinhos a uma roda de conversa sobre saúde mental nas periferias – territórios onde o atendimento psicológico muitas vezes é inacessível, seja pelos altos custos das consultas, seja pela distância dos consultórios. A partir de uma vivência marcada pela negligência e pela violência do Estado, a ativista passou a criar estratégias de cuidado coletivo. Iniciativas como a sua têm ganhado força no Brasil, onde 12,7% da população convive com depressão e 26,8% com ansiedade, segundo o Observatório de Saúde Pública da Umane.

Por volta das 9h30 da manhã do sábado 25, Terezinha de Jesus Freitas chegou ao Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Capão Redondo e, entre gargalhadas, disse que precisava de um café para "curar a ressaca". "Que história é essa?", perguntou uma das psicólogas. Na noite anterior, a aposentada havia tomado "uma cervejinha com as netas". Aos poucos, as demais participantes chegam, se abraçam, comentam o dia ensolarado e seguem para a horta, onde

Flor de Cactus. Dona Terezinha é amparada pela psicóloga Danielle Braga, durante uma sessão de terapia coletiva para mães enlutadas na capital paulista

LUCA MEOLA

crescem lavanda, melissa e outras plantas calmantes. É o encontro quinzenal da Associação Flor de Cactos, que promove acolhimento psicossocial para mulheres enlutadas na periferia.

Quem vê dona Terezinha, com seu largo sorriso, não imagina como ela estava há dois anos, comenta a coordenadora do projeto, a psicóloga Cristiane Uchôa. Em 1994, a então auxiliar de limpeza perdeu o primeiro filho, morto pela polícia. Anos mais tarde, outro filho foi assassinado durante um assalto. “Para essas mulheres trabalhadoras, é difícil falar sobre a violência policial. Muitas têm vergonha de dizer que o filho tinha problemas com a Justiça”, explica Uchôa. Em roda, elas participam de uma espécie de terapia coletiva: compartilham suas dores e escutam as histórias das demais. Segundo Uchôa, uma das idealizadoras do projeto, a iniciativa nasceu de um incômodo. “Entendemos o luto como uma pauta extremamente importante, mas negligenciada nas periferias, onde a vida da população é atravessada por tantas violências.”

A psicóloga Luana Maurício Conceição é uma das “pacientes” do grupo. Em 2024, seu filho foi assassinado durante um assalto, a duas ruas de casa, quando voltava do trabalho. Mesmo sendo uma profissional de saúde, não encontrou atendimento no SUS em que realmente se sentisse acolhida. “Dizem que mulher negra suporta tudo. Aqui, eu aprendi a reconhecer a tristeza e a me permitir senti-la”, conta, aliviada.

Com dez anos de trajetória, a Flor de Cactos se estruturou a partir do *matchfunding* Territórios Clínicos – campanha de financiamento coletivo da Fundação Tide Setubal, em parceria com o Instituto Futuro É Infância Saudável. Nesse modelo, o público doa diretamente aos coletivos e cada real arrecadado recebe uma complementação da instituição parceira, triplicando o valor inicial. Com o fim do edital, que teve duração de dois anos, as psicólogas passaram a promover uma vaquinha *online* para manter as atividades. “A gente gosta de ter uma mesa farta, com frutas, sucos, queremos que elas se sintam sempre bem recebidas”, conta a psicóloga e professora Andreia Arruda.

Em 2025, o INSS registrou **recorde de afastamentos** por razões psíquicas

Apesar de contar com uma das maiores redes públicas de saúde mental do mundo, o SUS não consegue atender à crescente demanda. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) priorizam pessoas com dependência química, alcoolismo e quadros mais graves de transtornos psíquicos, o que deixa desassistidos muitos daqueles que precisam de acompanhamento terapêutico semanal. Em 2025, o INSS concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais, um aumento de 15,66% em relação ao ano anterior e o maior número já registrado. Apenas 46% dos municípios brasileiros contam com políticas ou programas voltados ao atendimento em saúde mental, segundo levantamento do Ministério do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho.

Há seis anos, Enh Xyam Akroá Gamella deixou a Terra Indígena Taquaritiua, em Viana (MA), para cursar faculdade em Campinas (SP). A distância do território, o afastamento das práticas de autocuidado de seu povo e o ritmo conturbado da vida urbana desembocaram em sofrimento psíquico. Aos 26 anos, tornou-se o primeiro indígena a se formar em Arquitetura e Urbanismo pela Unicamp – um marco histórico que, no entanto, carrega uma trajetória solitária. “Todos os indígenas que estudaram antes de mim desistiram. Comecei a me questionar se fazia sentido eu estar ali.”

O acolhimento psicossocial oferecido aos alunos na Unicamp não foi exatamente o que Gamella esperava. Por indicação de amigos, ele encontrou a psicanalista Lucila de Jesus, uma das poucas profissionais especializadas em saúde indígena no Brasil. “Ela tem uma abordagem totalmente diferente, pude falar sobre os sonhos, algo que é muito importante em

Coletivo Capim. Enh Xyam Akroá Gamella, de 26 anos, encontrou apoio em sessões de psicanálise que levam em conta a cosmologia indígena

nossa cultura." Ainda assim, o estudante precisou de acompanhamento psiquiátrico. A combinação entre práticas ocidentais e o conhecimento da terapeuta sobre a cosmologia indígena trouxe resultados rápidos: em pouco mais de um ano, ele recebeu alta. Esse tipo de tratamento integrado, no entanto, é raro.

Lucila de Jesus é uma das coordenadoras do Coletivo Capim, voltado à saúde indígena. Dedicada ao estudo de diferentes etnias, ela começou a realizar atendimentos clínicos com povos indígenas durante a pandemia. "Alguns amigos me ligavam, pediam para contar os sonhos, tinham medo de morrer." A crescente demanda levou-a a se conectar com psicólogas indígenas, e dessa troca de experiências nasceu o grupo, em 2022.

Com o aporte do Territórios Clínicos, o Coletivo Capim estruturou um projeto que reúne profissionais de saúde, pajés e estudantes indígenas de diversos estados. Hoje, o grupo conta com uma equipe multidisciplinar que abrange áreas como psicologia, psicanálise, psiquiatria, antropologia, geografia e educação. Entre suas frentes de atuação estão atendimentos individuais para indígenas, rodas de conversa voltadas a profissionais de saúde e cursos sobre temas relacionados à saúde e ao bem-viver desses povos.

A psicóloga Itaynara Tuxá trabalhou com atenção primária aos Tupinambás, na região de Ilhéus, na Bahia. Ao longo de quatro anos, se deparou com "uma população altamente adoecida e com sérios riscos de suicídio". Crítica à abordagem ocidental, muito medicamentosa, a profissional desenvolveu um tratamento que envolve as práticas indígenas, como frequentar a Casa de Reza, se benzer e se orientar com o pajé. A partir disso criou o conceito de "subjeticídio", que diz respeito ao apagamento da subjetividade indígena pela ciência tradicional.

Para Itaynara, hoje professora convidada da Universidade do Estado da Bahia, a saúde indígena precisa ser compreendida a partir do conceito de corpo-território, "porque a constituição do sujeito e a identidade estão diretamente ligadas à vivência e à formação no território". Por isso, Terras Indígenas em processo de retomada, a ausência de demarcação, o avanço do agronegócio e outras formas de violência impactam essas comunidades de maneira profundamente adoecedora. "O território também é subjetivo, ele compõe o nosso corpo, o repertório dos nossos cantos, dos nossos entendimentos", explica.

A psicóloga Ana Lúcia Ortiz Martins Yvoty, do povo Guarani Ñandeva, de Mato Grosso do Sul, atua com cuidado psicológico institucional voltado a estudantes e servidores da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, onde se formou. Entre alunos Kaingang, Guarani e Xetá, ela identifica quadros de ansiedade e depressão frequentemente associados ao choque cultural. “Na cidade, eles sofrem racismo, mesmo no ambiente universitário”, lamenta.

Nos territórios, Ana Lúcia realiza atendimentos clínicos em língua guarani de forma voluntária. “Eles se sentem mais à vontade ao falar na língua materna, até porque muitos sentimentos não têm tradução.” Dessa forma, ela consegue acessar “de fato o que os pacientes sentem, porque a língua portuguesa muitas vezes não alcança”. Além da escuta, desenvolve rodas de conversa para explicar o que é saúde mental.

> “Não é possível entender o sofrimento psíquico sem compreender o mundo em que o sujeito vive”, diz Géssica de Paulla

Na garagem de casa, no Jardim Guaraú, bairro periférico da Zona Oeste de São Paulo, Géssica de Paulla criou o Saúde Mental nas Periferias. O coletivo acolhe a vizinhança com rodas de conversa e atividades culturais. “O projeto nasce da constatação de que existe uma saúde mental que não contempla os corpos pobres”, denuncia. “Ter uma patologia quando se é pobre é muitas vezes ser lançada ao limbo do isolamento social. O recurso encontrado para conter esses corpos considerados raivosos costuma ser o excesso de medicação e a escassez de escuta.”

Para Géssica, a psicanálise não é “apenas uma formação diplomada, ela também se constrói a partir de saberes e experiências que emergem da vida cotidiana”. Inspirada no psiquiatra martinicano Frantz Fanon, a ativista alerta que “não é possível entender o sofrimento psíquico sem compreender o mundo em que o sujeito vive”.

Na tentativa de democratizar o acesso à psicanálise, um grupo de ex-alunos bolsistas de faculdades particulares de psicologia criou o Psicanálise Periférica. “A periferia mudou muito do governo Lula para cá. A possibilidade de acessar a universidade trouxe também outros acessos, inclusive o de as pessoas descobrirem que podem ter cuidados em saúde mental”, explica a coordenadora do coletivo, a psicanalista Emilyn Carvalho.

Os profissionais promovem cursos gratuitos de formação em psicanálise, que articulam a prática clínica com fundamentos territoriais e de interseccionalidade, voltados à população não branca, periférica e LGBTQIA+. Também editam uma revista científica e, em alguns momentos, prestam atendimento clínico individual. Agora, sem o aporte do Territórios Clínicos, angariam recursos com uma vaquinha *online*. Para a psicanalista, o trabalho desses coletivos serve para pressionar o Estado. “O acesso à saúde mental com dignidade é uma luta coletiva e estamos pressionando o sistema público de saúde para ampliar esses serviços na periferia.” •

PERDOAR NUNCA, ESQUECER JAMAIS
DEVEMOS ISSO PRAS VÍTIMAS DOS MASSACRES SOCIAIS!!!"
Saúde Mental nas PERIFERIAS
SMP
@saudementalnasperiferias

REDES SOCIAIS/SAÚDE MENTAL NAS PERIFERIAS E ACERVO PESSOAL ENH XYAM AKROÁ GAMELA

Terapia na garagem. Familiares e vítimas da violência urbana se reúnem no Jardim Guaraú para compartilhar suas dores e angústias

Com jeitim

PROTAGONISTA Marília Campos quer "furar a bolha" e se tornar a primeira senadora de esquerda eleita por Minas Gerais

POR FELIPE CASTANHEIRA

Foi por meio da igreja que Marília Campos começou a se interessar pela política. Nos primeiros anos da década de 1980, a Teologia da Libertação cativava estudantes e trabalhadores que tinham ali seu primeiro contato com a política. "Sempre tive um envolvimento com essa Igreja Católica comprometida com o fim das desigualdades sociais. Isso me levou a iniciar uma militância, primeiro, no movimento estudantil e, depois, no movimento sindical", relata. Naquele tempo, as leituras de Dostoievski, Eduardo Galeano e dos clássicos marxistas forjavam suas posições.

Nascida em Ouro Branco, na região central do estado, Marília se mudou cedo para o Triângulo Mineiro, onde estudou e trabalhou como bancária. Em Uberlândia, maior cidade da região, participou da criação do PT e da CUT. No movimento sindical, conheceu José Prata de Araújo, com quem se casou e vive até hoje, tendo três filhos e uma neta.

Foi justamente o pedido de casamento de Prata que fez com que Marília se mudasse para Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Ela participou da oposição no sindicato dos bancários, contra a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). "Disputamos a eleição sindical e ganhamos, na época era a CUT, contra os pelegos. E eu fui primeiro diretora do sindicato, depois cresci e fui presidente do sindicato", relembra. Marília acredita que seu avanço na entidade se deu por causa do comprometimento e do ativismo, principalmente na organização e mobilização de greves. Pouco antes de completar 30 anos, ela coordenava um dos sindicatos mais fortes do País e participava de negociações salariais com a Federação Brasileira de Bancos. Ao encerrar o ciclo no movimento sindical, voltou a trabalhar como caixa de banco. Mas, ao participar de um encontro do PT em Contagem, acabou candidata a prefeita pela primeira vez, em 1996. "Fui numa reunião do partido e eles estavam discutindo quem seria o candidato a prefeito. Eu comecei a falar demais, aí o PT falou vai ser você", relembra. Na primeira disputa, vencida pelo emedebista Newton Cardoso, que depois viria a ser governador do estado, a petista terminou em terceiro lugar. Para ela, a contenda não ficou marcada pela derrota, mas por um acúmulo de capital político. Foram 40 mil votos, 18,1% dos eleitores da cidade à época, no primeiro turno. Na eleição seguinte, a petista se tornaria a candidata mais votada da legenda e seria eleita vereadora. Em 2002, conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa. Em 2004, venceu, pela primeira vez, a corrida pela prefeitura de Contagem.

"Meu perfil não é de polarização", diz a ex-prefeita de Contagem

Neste ano, Marília Campos renunciou ao quarto mandato como prefeita para concorrer a uma vaga ao Senado. A disputa não é simples, pois, desde o fim da ditadura, Minas Gerais nunca elegeu senador um político de esquerda. Em 2018, quando igualmente havia duas vagas em aberto, Dilma Rousseff liderou praticamente todas as pesquisas, mas acabou derrotada nas urnas por Rodrigo Pacheco, então no DEM, e Carlos Viana, à época no PHS. Dilma terminou em quarto lugar. O revés de uma companheira de partido não tira o otimismo de Marília, que afirma ter um perfil diferente daquele da ex-presidenta, não só por ter baixa rejeição, mas por transitar na esquerda e no centro e colher até a simpatia de quem se declara de direita. "Meu perfil não é de polarização, eu faço um debate político aberto com o lado que eu represento, mas eu dialogo com todos os setores. Eu não concentro petistas *versus* bolsonaristas, meu debate é de conteúdo." Como exemplo de sua capacidade de articulação a ex-prefeita gosta de destacar que, ao fim de sua gestão em Contagem, sua base de apoio reunia 16 partidos de diferentes espectros ideológicos.

A elasticidade proposta fica evidente quando ela se declara a favor da articulação até com o PSDB de Aécio Neves, repetindo um cenário já testado em Minas. "O Aécio sempre teve uma proximidade, tanto é que nas campanhas passadas era Lulécio, Dilmécio... É uma aliança que o próprio eleitor fez do centro com a esquerda. O Aécio deu uma escorregada na época da Dilma, mas era um Brasil diferente e hoje

Origem popular. A petista iniciou a militância no sindicalismo bancário. Por quatro vezes, administrou, com ampla aliança, a segunda maior cidade mineira

WASHINGTON ALVES/CARTACAPITAL

nós temos um novo Brasil, onde a polarização não é mais com o Aécio, é com o bolsonarismo, e o Aécio se coloca no espectro de centro, o PSDB, que inclusive faz parte da minha aliança em Contagem."

No atual cenário da disputa ao Senado, o principal concorrente é Viana, atualmente no Podemos, que, apesar de ter obtido apenas 1% dos votos na eleição para a prefeitura de Belo Horizonte em 2024, tem oscilado entre a segunda e a terceira posição nas intenções de voto das duas últimas pesquisas eleitorais, a depender do cenário avaliado. O senador é impulsionado por uma robusta rede social e por ter estado em evidência como presidente da CPMI do INSS, posição que lhe permitiu atacar o governo Lula e o Supremo Tribunal Federal e obter visibilidade no bolsonarismo.

Se para Viana o ataque ao governo petista rende frutos, Marília aposta na proximidade com o presidente Lula para obter votos, principalmente no interior. "Hoje, minha representatividade ainda está concentrada nas regiões metropolitanas e meu desafio é consolidar esses votos e encantar os mineiros do interior. Por isso tenho viajado bastante." Ela destaca que terá Lula no seu palanque e que sua agenda prevê percorrer o interior para ganhar novos aliados e eleitores, além de travar diálogo com associações que representam os municípios.

A petista acredita que em uma eleição com duas vagas, o eleitorado costuma dividir-se entre um candidato de esquerda e um de direita e que por ser o nome com melhores intenções de voto e ser apoiada por Lula, não haverá pulverização dos votos, como aconteceu em 2018. Ela afirma, porém, que sua campanha não será marcada pelo enfrentamento contra os demais concorrentes. "Eu não vou fazer embate com os candidatos ao Senado, até porque vou disputar o segundo voto, na verdade são eles que estão com o maior dilema, porque são três para uma só vaga."

Marília conta ainda com o trunfo de uma boa avaliação ao deixar a prefeitura de Contagem. Sua maior vantagem, acredita, reside no fato de ser uma mulher na disputa por uma vaga de senadora. "Hoje há a necessidade de a gente aumentar a bancada feminina. E essa é uma questão que se coloca urgente e necessária." •

Economia

Mercado a perigo

COMMODITIES Os planos da China de atingir a autossuficiência em alimentos preocupa o agronegócio brasileiro

POR CARLOS DRUMMOND

A recente determinação da China de perseguir com esforço redobrado a busca da autossuficiência em alimentos, inclusive em relação à soja, não passou em branco pelo agronegócio brasileiro, responsável pelo fornecimento de 80% das importações da *commodity* feitas por aquele país. A estratégia está descrita no relatório *Perspectivas Agrícolas da China 2026–2035*, divulgado neste mês pelo Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais.

“A China vem consolidando um ajuste consistente em sua estratégia alimentar, em movimentos implementados nos últimos anos, e que aparecem de forma mais consolidada nesse relatório”, ressalta a economista Maria Flávia Tavares, especializada em agronegócios e sócia na MFT Consultoria. O que se vê, prossegue a economista, é uma atuação coordenada entre produção, consumo e comércio que não começa agora, mas ganha mais clareza e consistência nas projeções apresentadas.

Os efeitos para o Brasil tendem a ocorrer de forma gradual. A China segue como um comprador central, especialmente de soja, mas o relatório indica uma redução relativa das importações ao longo do tempo. Isso significa que o efeito aparece mais na desaceleração do crescimento da demanda do que em uma queda

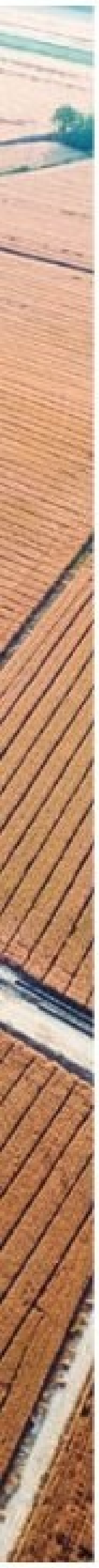
TAMBÉM NESTA SEÇÃO →
pág. 34
Meio ambiente.
O mercado de crédito de carbono patina

imediata dos volumes, sublinha Tavares. O país tem ampliado a produtividade, em especial em grãos e oleaginosas, ao mesmo tempo que mantém um crescimento da produção de forma estável no horizonte de médio e longo prazo. O avanço ocorre articulado com políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à redução gradual da dependência externa.

Ao mesmo tempo, prossegue a economista, há um ajuste no padrão de consumo, com incentivo à substituição do óleo pela soja e laticínios, além de mudanças na estrutura da ingestão de carnes, com maior participação de aves. “Isso mostra que a estratégia não está centrada apenas na oferta, mas na reorganização da demanda interna.”

Outro ponto importante é a melhora na coordenação entre produção e comércio. O relatório aponta redução das importações de produtos relevantes, como soja, carnes e lácteos, combinada com aumento das exportações em cadeias onde o país ganha competitividade, como frutas e hortaliças. Esse conjunto, somado ao uso crescente de tecnologia e sistemas de monitoramento e alerta de mercado, indica uma estratégia voltada a reduzir vulnerabilidades e aumentar o controle sobre o abastecimento.

No caso da soja, ressalta a consultora, a análise exige atenção adicional, pois envolve a dinâmica de farelo e óleo, que respondem a fatores distintos, como a produção de proteína animal, mudanças no consumo alimentar e políticas internas. Mesmo com a redução projetada das importações, a China continua dependente do mercado externo para atender à sua demanda, mas com maior capacidade de ajuste.



Estratégia chinesa. A busca da autonomia alimentar inclui o aumento da produção local de soja

ISTOCKPHOTO

Os efeitos sobre os produtores nacionais tendem a ser graduais

De modo mais concreto, detalha Tavares, o cenário tende a refletir-se em um ambiente mais sensível a preços e condições de negociação. “Para o Brasil, isso significa trabalhar com menos folga, já que mudanças na estratégia chinesa passam a ter impacto mais direto sobre volumes e preços. Ao mesmo tempo reforça a importância de acompanhar esse movimento de perto e ajustar a estratégia ao longo do tempo, considerando as diferenças entre cadeias e a dinâmica de cada mercado.”

Marcelo Magalhães, fundador e diretor da Samba International Trade, considera relevante a definição chinesa. O relatório surge em um momento de forte dependência brasileira do mercado chinês, afirmou à *newsletter Agrolink*. Segundo Genevieve Donnellon-May, pesquisadora em segurança alimentar no Instituto de Políticas de Segurança e Desenvolvimento, da Suécia, Xi Jinping e os formuladores de políticas da China posicionam de modo consistente a segurança alimentar em primeiro plano.

O país visa a expansão da produção de soja e oleaginosas como canola e amendoim, com impulso à biotecnologia e subsídios direcionados, e planeja acelerar a pesquisa e a aplicação de máquinas agrícolas avançadas, produzidas internamente, e sistemas de agricultura inteligente, incluindo o uso intensivo de Inteligência Artificial, 5G e *big data*. O esforço inclui desenvolver tecnologias de sementes híbridas de alto rendimento para culturas-chave, para reduzir a dependência de importações. “A China está, mais uma vez, reforçando sua abordagem de ‘segurança em primeiro lugar’ na formulação de políticas econômicas – com Xi Jinping provavelmente se sentindo justificado pelas crises globais e pouco propenso a ser dissuadido por quaisquer negociações comerciais com os EUA ou a União Europeia”, descreve o *think tank* alemão MERICS – Instituto Mercator para Estudos da China, na *newsletter* de 23 de abril.

A redução, ainda que discreta, da dependência da China em relação ao fornecimento externo de alimentos deveria servir de alerta ao Brasil, que nas últimas décadas ampliou a participação da produção de soja, petróleo, minério de ferro e outras *commodities* no conjunto da produção. “A economia brasileira sofre uma regressão produtiva que começou no início dos anos 1980. Derrapou e começou a caminhar para trás. Hoje padece de baixo crescimento, do tipo *stop and go*. Já foi a mais forte da América Latina e uma das mais fortes do mundo, mas se desindustrializou, e o *agribusiness* é um dos setores mais expressivos. Tem, entretanto, baixo efeito de encadeamento na economia, isto é, necessita pouco de outros setores e bens”, sintetiza o economista Luiz Fernando de Paula, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj. “Você vê no Centro-Oeste, nas grandes cidades, aqueles carrões, o agronegócio é uma atividade que emprega pouco, paga mal e é altamente concentradora de renda”, dispara. “Nas atuais condições, o fosso de desenvolvimento entre o centro e a periferia tende a se aprofundar. Um fosso acentuado não só pelas relações de comércio, mas pelas relações financeiras, pois as economias em desenvolvimento, periféricas, tendem a acumular obrigações externas e endividamento.” •

Carbono maquiado

SUSTENTABILIDADE A opção das empresas por crédito mais barato mascara o objetivo de reduzir as emissões de CO_2

POR ALLAN RAVAGNANI

O Brasil tem florestas, sol, vento e, desde 2024, uma lei que estrutura o maior mercado regulado de carbono do Hemisfério Sul. Tem também um problema que o setor prefere discutir em fóruns fechados. O dinheiro real, o que de fato circula nas transações cotidianas do mercado voluntário de carbono, ainda vai para o crédito mais barato. E o crédito mais barato, com frequência, não representa nenhuma redução de emissões, só é papel.

Henrique Pereira, cofundador e diretor de operações da WayCarbon, assessoria especializada em descarbonização, conhece o dilema. “O preço sempre será um fator determinante para a decisão de compra”, diz. “As companhias buscam otimizar a qualidade das reduções segundo critérios próprios e minimizar custos.” Isto significa que a empresa compra o que cabe no orçamento e declara o problema resolvido.

O mercado voluntário de carbono funciona, em tese, como um mecanismo de compensação. Uma empresa que emite CO_2 além do que consegue reduzir compra créditos gerados por projetos que retiraram ou evitaram aquela mesma quantidade de carbono da atmosfera. Cada crédito equivale a uma tonelada. Quem preserva floresta, planta árvores ou instala energia renovável gera créditos. Quem polui, compra e o mercado faz a intermediação.

O problema é que nem todo crédito é igual. Um crédito barato pode representar uma floresta que seria preservada de qualquer forma, um projeto auditado com metodologia frouxa ou, em casos extremos, uma operação fraudulenta com sobreposição a áreas de desmatamento ilegal. Um crédito caro, de alta integridade, representa redução verificável, permanente e adicional, ou seja, algo que não aconteceria sem o projeto. O mercado hoje compra o barato e chama de solução climática.

Roberto Gonzalez, consultor de governança corporativa e ESG e conselheiro independente de empresas, descreve o mecanismo. “Em muitos casos, o comprador corporativo sabe exatamente o que está adquirindo. Há empresas que encaram o crédito de carbono como uma ferramenta meramente reputacional e de curto prazo, uma espécie de seguro de imagem.” Quando um crédito ruim é aceito como bom, diz Gonzalez, “não é só uma falha comercial, mas uma opção de transformar a compensação climática em licença para continuar emitindo”.

O *greenwashing* é não só um problema de reputação, mas policial

Não é um problema abstrato. Vladimir Abreu, sócio do L.O. Baptista Advogados, aponta casos concretos que revelam a dimensão jurídica do risco. A operação “Greenwashing”, conduzida pelo Ministério Público de Mato Grosso, identificou projetos de créditos de carbono sobrepostos a áreas de grilagem ilegal e desmatamento, com madeira lavada via venda de créditos fraudulentos usados para compensar emissões. “Exemplos reais envolvem ações judiciais contra empresas por *tokens* falsos de carbono, expondo compradores a multas administrativas e danos reputacionais”, alerta Abreu. O comprador que não fez uma *due diligence* adequada não comprou apenas um crédito ruim, assumiu um passivo.

Brechas. Existem projetos estruturados no País, que tem tudo para virar o maior mercado do planeta nessas transações, mas certos vícios precisam ser superados

PAULO CÉZAR/AGÊNCIA PARÁ/GOVPA

Tatiana Cymbalista, advogada e sócia da Manesco Advogados, descreve a situação. “Comprar um crédito de carbono sem a *due diligence* adequada traz o risco de que, na prática, ele não represente efetivamente aquilo que declara. É como qualquer compra de um produto que não cumpre aquilo que promete.” A certificação, acrescenta, oferece alguma proteção, mas está longe de ser absoluta. “Isso nem sequer existe.”

O problema se aprofunda quando se examina o motivo de o capital não fluir para onde deveria. A origem dos projetos, o desenvolvimento de novas iniciativas de redução ou remoção de carbono que alimentariam o mercado com créditos de qualidade, segue travada. Henrique Pereira enumera as razões. As revisões em curso nos principais padrões de certificação, como o VCS 5.0 da Verra, criam incerteza sobre quais metodologias serão aceitas. O marco regulatório do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões ainda está em construção, o que leva o setor privado a desacelerar decisões até as regras estarem definidas. E o preço do carbono no mercado voluntário segue baixo demais para tornar a maioria dos projetos financeiramente viáveis. O SBCE, previsto para entrar em operação em 2030, é a aposta do governo para dar ao mercado de carbono brasileiro a estrutura regulatória que o voluntário nunca teve.

O risco é que o mercado regulado herde os vícios do voluntário antes de corrigi-los. Abreu aponta que projetos foram suspensos após investigações policiais que revelaram falhas nas próprias certificadoras internacionais. A Verra, maior certificadora do mundo, foi alvo de investigação publicada, em janeiro de 2023, pelo jornal britânico *The Guardian* em parceria com o semanário alemão *Die Zeit* e a organização jornalística SourceMaterial. A apuração concluiu que 94% dos créditos florestais certificados pela entidade não representavam redução real de emissões. A Verra contestou as conclusões, mas o impacto sobre a credibilidade do setor foi imediato.

Gonzalez enxerga uma mudança em curso, ainda que lenta. A pressão de investidores institucionais, as exigências de auditorias ESG mais rigorosas e o escrutínio crescente de clientes e imprensa começam a encarecer o *greenwashing*. “O crédito de alta integridade deixa de ser apenas uma escolha ética e se transforma em proteção estratégica contra passivos futuros.” A tendência ainda não se converteu, no entanto, em prática dominante.

Enquanto isso, a conta do sistema é transferida para quem não tem voz no mercado. Cymbalista é direta: “Quem paga é a população como um todo e, sobretudo, aqueles que são mais vulneráveis”. Gonzalez e Abreu chegam à mesma conclusão por caminhos diferentes. Populações expostas a eventos climáticos extremos, insegurança hídrica e perda de produtividade agrícola pagam primeiro. Contribuintes pagam depois, via fiscalização, perícias e remediação ambiental. E o mercado de carbono paga por último, quando perde o único ativo que não se compra com crédito barato, a credibilidade.

O mercado de carbono brasileiro tem capacidade de ser o maior gerador de créditos do mundo. Tem florestas, tem projetos e tem, agora, arcabouço legal. O que ainda falta é garantir que o crédito que circula nesse mercado faça, de fato, o que está escrito no papel. ●

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

BAPTISTÃO

Cresce a onda chinesa

▶ Duas novas montadoras da potência asiática chegam ao mercado brasileiro

A BAIC e a Dongfeng são dois dos nomes da segunda onda chinesa prestes a disputar espaço no mercado brasileiro de carros, hoje dominado por BYD, GWM e CAOA Chery. Ambas chegam com foco em SUVs e veículos eletrificados, mas em momentos e formatos diferentes.

A BAIC Group, estatal de Pequim e uma das maiores montadoras da China, estrutura a operação a partir de um escritório em São Paulo e planeja o lançamento oficial da marca no Brasil em outubro próximo. A estratégia inclui começar por importação, com ao menos quatro modelos: o elétrico compacto Arcfox T1 (rival de BYD Dolphin), o SUV X55, o SUV BJ30 e uma picape ainda não batizada. O Arcfox T1 deve ser o cartão de visitas, com motor de perto de 95 cavalos, bateria de 42,4 quilowatts e autonomia de até 400 quilômetros no ciclo chinês, enquanto o BJ30 aposta em dois motores elétricos, tração integral e mais de 400 cavalos para disputar um nicho de SUVs elétricos de maior desempenho. A marca quer iniciar a operação com cerca de 20 concessionárias e alcançar 50 pontos de venda em 2027, começando por estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. Em paralelo, estuda a produção local, com fábrica própria ou em parceria com estruturas existentes.

Já a Dongfeng, quarta maior montadora estatal chinesa e parceira de Nissan, Honda, Stellantis e Kia, confirmou oficialmente a entrada no Brasil com horizonte de estreia em 2027. A marca planeja construir, primeiro, uma rede de concessionárias e trazer um portfólio de SUVs, sedãs e picapes, incluindo modelos a combustão, híbridos e elétricos. Entre os candidatos estão SUVs derivados da linha própria e uma família de picapes Rich 6, Rich 7 e Z9, com versões híbridas e até elétricas oferecidas na China.

Brasil no ar

A aviação brasileira começou em 2026 com sinais claros de aquecimento no setor. No primeiro trimestre, 33,5 milhões de passageiros viajaram em voos domésticos e internacionais, alta de 7,7% sobre igual período do ano passado, segundo dados da Anac compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos. O desempenho consolida a retomada iniciada no ano passado, quando o País havia batido recorde histórico de 129,6 milhões de viajantes ao longo de 2025. O ano-novo começou forte em janeiro e fevereiro, com 22,9 milhões de passageiros transportados, o melhor primeiro bimestre em 25 anos de série histórica, crescimento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em março, o fluxo somou 10,6 milhões de clientes, alta de 3,1% na comparação anual, mantendo a tendência de expansão mesmo em um mês tradicionalmente menos aquecido.

Heinz sem açúcar

A Heinz acaba de lançar no Brasil o Ketchup Heinz Zero, primeira versão nacional sem adição de açúcar, e quer transformar o "sem açúcar" em novo padrão da categoria, não apenas em nicho de dieta. Desenvolvido ao longo de mais de um ano em parceria entre o time brasileiro e o centro global de inovação da marca na Europa, o produto chega aos supermercados com a promessa de manter o sabor clássico, mas com perfil nutricional mais leve. A nova fórmula não se limita a retirar o açúcar. Ela aumenta a concentração de tomate para 210 gramas por 100 gramas de *ketchup*, reduz em 50% as calorias e em 25% o sódio em comparação à versão tradicional. A estratégia é tratar o zero como produto de massa. Para o lançamento, a empresa pretende reforçar estratégias de comunicação e distribuição, além de adotar uma política de *line price*, colocando o Ketchup Heinz Zero na mesma faixa de preço do *ketchup* normal, para reduzir barreiras à experimentação. Tradicionalmente, as marcas tendem a colocar os produtos zero com preços mais elevados.

Além das canetas

A Eli Lilly, dona de medicamentos de sucesso para obesidade e diabetes tipo 2, como Mounjaro e Zepbound, fechou um acordo bilionário para adquirir a *biotech* Kelonia Therapeutics, especializada em terapias contra o câncer, em um negócio que pode chegar a 7 bilhões de dólares. A operação dá à farmacêutica acesso a uma plataforma de CART *in vivo*, que promete reprogramar células T diretamente no corpo do paciente, simplificando um dos tratamentos mais complexos e caros da oncologia atual. Com mais esse investimento, a Lilly busca diversificar ainda mais a operação e cria novas receitas em tratamentos complexos investindo em produtos inovadores e com muito menos concorrência. O mercado oncológico global é estimado em 240 bilhões de dólares por ano. De outro lado, a companhia aposta em uma tecnologia que pode derrubar barreiras logísticas e de custo das terapias CART tradicionais, hoje restritas a poucos centros de alta complexidade. •

redacao@cartacapital.com.br

PAULO ARTAXO
Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)

IA: riscos e potenciais

▶ O controle social sobre o desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial é absolutamente necessário

Um processo muito importante está em curso, o uso de Inteligência Artificial em todos os setores econômicos e atividades humanas. Isso ocorre sem qualquer regulação em nível algum. Em geral, os cidadãos não fazem ideia do risco da IA para seus empregos e atividades. De carros autônomos a ligações telefônicas, previsão do tempo, atividades advocatícias, ensino, pesquisas acadêmicas e por aí afora, todas estão sendo profundamente modificadas pela IA, certamente uma ferramenta poderosa. Ela traz, no entanto, riscos e preocupações que devem ser discutidos amplamente.

Quem controla todo o processo são alguns poucos bilionários, a maioria deles norte-americanos e chineses. E o resto da humanidade, como fica nos processos decisórios de implementação e de uso? Muitos dizem que a IA não será capaz de pensar como nós, mas que pode ter um efeito catastrófico no emprego e no aumento das desigualdades. Há previsões de cenários sombrios, com sistemas inteligentes ganhando mais autonomia e tornando-se mais imprevisíveis, eventualmente com fins malignos.

Temos também o impacto ambiental e climático direto dos gigantescos *data centers* necessários à armazenagem e ao processamento de IA. Eles usam enormes quantidades de eletricidade e água de resfriamento para os processadores e as memórias. Grandes projetos de *data centers* no Nordeste brasileiro já enfrentam problemas importantes em sua implementação, pois precisam de energia segura e de baixas emissões de carbono. Energias solar e eólica seriam ideais, mas a questão da intermitência é importante, e baterias são caras. O uso intensivo de milhões de litros de água é outro grande problema na implementação desses *data centers*, especialmente no Nordeste. Estimativa da Agência Internacional de Energia prevê que, em 2026, o consumo de eletricidade por *data centers* chegará a mil terawatts, equivalente ao consumo total anual do Japão. E, nos próximos dez anos, o consumo poderá representar 10% de toda a eletricidade do planeta. O uso de água também será altíssimo. Essas questões limitam as localidades adequadas para a instalação dessas estruturas.

Outra questão importante é que essas atividades intensivas em capital não geram muitos empregos diretos. A operação desses *data centers* não é intensiva do ponto de vista de empregos. Não há dúvida de que a IA pode trazer ganhos de produtividade, mas os riscos para os empregos em muitas áreas são enormes. Para advogados, a IA pode, em segundos, levantar toda a jurisprudência de um caso, o que, sem ela, poderia levar horas ou dias. Na indústria, robôs humanoides são utilizados em linhas de produção de forma mais autônoma, substituindo a mão de obra humana.

Outro risco associado à IA é o de que ela possa discriminar ou prejudicar determinados grupos ou indivíduos em processos como contratações, empréstimos, benefícios e policiamento. Isso pode acontecer porque os sistemas de IA dependem de dados para funcionar, e esses dados quase sempre contêm vieses ou erros que refletem as desigualdades ou preconceitos existentes na sociedade. A desinformação, ou *fake news*, é outra área importante, especialmente em processos eleitorais. *Deepfakes* criam, em segundos, vídeos de qualquer político falando qualquer coisa que queiramos, com alta credibilidade nas redes sociais.

A IA veio para ficar, e seu uso precisa ser regulamentado. O Brasil possui um Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, a estratégia nacional para garantir que o País não seja apenas um consumidor de tecnologia, mas um desenvolvedor soberano. Recursos da ordem de 23 bilhões de reais estão sendo aplicados pelo BNDES, pela Finep e pelo FNDCT. O PBIA tem cinco eixos estratégicos: Infraestrutura e Desenvolvimento (construção de *data centers* e expansão da conectividade), Difusão, Formação e Capacitação (meta de treinar cerca de 200 mil profissionais e capacitar pelo menos 115 mil servidores públicos em IA até o fim deste ano), Serviços Públicos (uso de IA para reduzir filas no SUS, agilizar processos judiciais e melhorar a gestão de benefícios sociais), Inovação Empresarial (crédito subsidiado para indústrias que automatizam linhas de produção e desenvolvem *software* nacional) e Regulação e Governança (apoio ao debate no Congresso para criar uma lei de IA que proteja o cidadão).

O controle social sobre o desenvolvimento e uso da IA é absolutamente necessário. Colocar regras e limites que orientem a Inteligência Artificial para o bem da humanidade não será tarefa fácil, mas é a única maneira de fazer com que esta nova tecnologia traga benefícios ao ser humano. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ato de traição?

BANCO CENTRAL Eu não iria tão longe, mas Gabriel Galípolo & Cia. mantêm intactas a bolsa-banqueiro e a bolsa-rentista

POR PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

"Gabriel Galípolo é um traidor", disparou Bresser-Pereira há poucos dias. Não sei se eu iria tão longe, ainda tenho uma esperança minguante de que Galípolo possa reorientar a política monetária. Mas não há dúvida de que é imensa a frustração com a diretoria do Banco Central – tanto mais que toda ela é formada atualmente por pessoas nomeadas pelo presidente Lula.

As taxas de juro no Brasil são bizarras. Há casos de outros países relevantes que tenham mantido juros reais na estratosfera por tanto tempo? Se existem, são raríssimos. Essas taxas de juro destroem as finanças de empresas, famílias e do próprio governo.

Há justificativas para manter os juros básicos nesse nível? O argumento mais recente em favor de juros altos é o choque do petróleo decorrente da agressão ao Irã. Porém, o Brasil é um dos ganhadores imediatos com esse choque, pois está entre os maiores exportadores de petróleo bruto do mundo e não depende do Estreito de Ormuz para escoar suas exportações. Em consequência do choque, aumentam os nossos preços médios de exportação e também a quantidade exportada – com o Brasil substituindo exportadores da região do Golfo Pérsico. Os termos de troca e a balança comercial melhoram e diminui o déficit de balanço de pagamentos em conta corrente.

Além de favorecer as contas externas, o choque do petróleo ainda proporciona ganhos fiscais para o Brasil. O Instituto Fiscal Independente, do Senado, estimou que o resultado primário do setor público pode melhorar em algo como 0,6 ponto porcentual do PIB em 2026, admitindo-se que o barril do tipo Brent fique em torno de 100 dólares.

Assim, o argumento de que a crise internacional justifica a manutenção de juros estratosféricos parece duvidoso, para dizer o mínimo.

Outro ponto importante. Dados os efeitos positivos do choque do petróleo sobre as contas externas, que são percebidos e antecipados pelo mercado, o real tende a se apreciar em relação a outras moedas. A moeda brasileira está entre as que mais se valorizaram em 2026, amortecendo o impacto inflacionário do choque do petróleo. Nessa situação, manter juros reais muito altos é o típico *overkill*.

Haddad, em 2023, poderia ter revisto a meta de inflação para cima. Mas faltou iniciativa

O BC alega que as expectativas de inflação estão "desancoradas". A mediana das expectativas de mercado, apuradas por ele, situa-se em 4,9% para 2026 e 4% para 2027. Como a meta de inflação é 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima e para baixo, a inflação esperada para este ano situa-se um pouco acima do teto da meta.

O BC não estaria nessa posição desconfortável se não tivesse fixado, nos tempos do governo Temer, uma meta irrealista. No início do governo Lula, em 2023, o ministro Fernando Haddad, que presidia o Conselho Monetário, poderia ter revisto a meta central para cima e ampliado um pouco o intervalo de tolerância em torno do centro da meta. Mas faltou iniciativa e ficamos amarrados a um regime de metas excessivamente ambicioso.

Mesmo com a meta atual, seria possível praticar uma política de juros menos extravagante, mirando, por exemplo, sem declarar, o teto da meta de 4,5%. E se a inflação ficar um pouco acima disso, não será o fim do mundo.

Efeitos destrutivos dos juros altos

Como ignorar os estragos que a atual política de juros está produzindo no País?

Quem perde? As empresas que dependem de crédito interno, as famílias endividadas e o governo, por causa do efeito dos juros no custo da dívida pública.

Quem ganha? O aumento da despesa financeira de empresas e famílias vai para o bolso dos grandes bancos privados e outras instituições financeiras. E quando aumentam as despesas financeiras do governo, ganham os bancos, os ricos e os super-ricos que possuem elevado patrimônio financeiro no País. Por isso é que a política de juros altos faz tanto sucesso no mercado financeiro e na mídia tradicional.

WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA FAZENDA

Voto de confiança. Galípolo "é um traidor", disparou Bresser-Pereira. Ainda resta uma esperança minguante de que ele possa reorientar a política monetária

O desajuste que o BC produz nas finanças públicas é imenso. Fala-se muito do déficit primário, mas nem sempre da carga de juros. O déficit primário anda por volta de 0,5% do PIB. Mas o déficit total está em torno 8,5% do PIB, refletindo uma carga de juros da ordem de 8% do PIB.

A pesada carga de juros decorre fundamentalmente do elevado custo médio e do tamanho da dívida governamental. Esse último, ao contrário do que se diz, não é muito alto para padrões internacionais. O ponto fora da curva é a taxa de juros, sempre entre as mais altas do mundo. E os juros escorchantes ainda provocam um efeito rebote sobre as finanças do governo, restringindo a atividade econômica e estreitando, assim, a base sobre a qual incidem os tributos.

Não se deve esquecer que a desaceleração da atividade é um objetivo deliberado da diretoria do BC, que nela vê uma forma de combater a inflação pelo lado da demanda. No período 2022–2025, o PIB brasileiro cresceu apenas cerca de 3% ao ano. Para 2026 e 2027, refletindo a política monetária, as projeções indicam um crescimento de 2% ou menos, inferior ao da economia mundial – resultado brilhante para uma economia que sofre há décadas de perda de dinamismo.

Além disso, num país que sofre de uma das piores distribuições de renda do mundo, Galípolo & Cia. se encarregam fielmente de manter intactas e até reforçar a bolsa-banqueiro e a bolsa-rentista. Promove-se assim a concentração da renda nacional, varrendo do mapa os impactos distributivos do Bolsa-Família e de outros programas sociais.

Note-se, por último, que, ao colocar fortunas nas mãos de investidores estrangeiros e de elites locais apátridas, o BC aumenta a vulnerabilidade externa do País, pois os beneficiários dos juros altos são exatamente aqueles que têm capacidade de transferir fácil e rapidamente recursos ao exterior, quando aumentam as incertezas no Brasil ou os juros no exterior. Essa facilidade só é possível porque houve uma liberalização prematura dos movimentos de capital desde os anos 1990, notável feito dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor. A fuga de capitais virou um instrumento de chantagem dos bancos, dos ricos e dos super-ricos sobre todo e qualquer governo brasileiro.

Como dizia Leonel Brizola, a elite brasileira é um lixo. •

"Verdades" efêmeras

IDEIAS O País tem câmbio flutuante, conta de capital aberta, metas de inflação, mas os modelitos não ligam câmbio e juros

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK

En aquel imperio, el arte de la cartografía logró tal perfección que el mapa de una sola provincia ocupaba toda una ciudad, y el mapa del imperio, toda una provincia. Con el tiempo, estos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio que tenía el Talla del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguientes entendieron que ese dilatado Mapa era inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Indemnidades de Sol y de los Inviernos. En los Desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruínas del Mapa habitadas por animales y por Mendigos; en todo el País no hay outra relíquia de las Disciplinas Geográficas.

Jorge Luis Borges em
Del Rigor en la Ciencia.

A economia é uma (vá lá) ciência difícil. Keynes dizia que os requerimentos exigidos do bom economista eram muitos: ele deveria combinar os talentos de "matemático, historiador, estadista e filósofo na medida certa. Deve entender os aspectos simbólicos e falar com palavras correntes. Deve ser capaz de integrar o particular quando se refere ao geral e tocar o abstrato e o concreto com o mesmo voo do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado e tendo em vista o futuro. Nenhuma parte da natureza do homem deve ficar fora da sua análise. Deve ser simultaneamente desinteressado e pragmático: estar fora da realidade e ser incorruptível como um artista, estando, embora noutras ocasiões, tão perto da terra como um político".

A economia é um sistema complexo. Autor do livro *Decoding Complexity: Uncovering Patterns of Economic Complexity*, James Glattfelder escreve no preâmbulo:

Hegel. Quando as formas são tidas como determinações fixas, elas são mortas

"A característica dos sistemas complexos é que o Todo exibe propriedades que não podem ser deduzidas das Partes individuais. Em suma, a teoria da complexidade investiga como o comportamento macro decorre da interação entre os elementos do sistema".

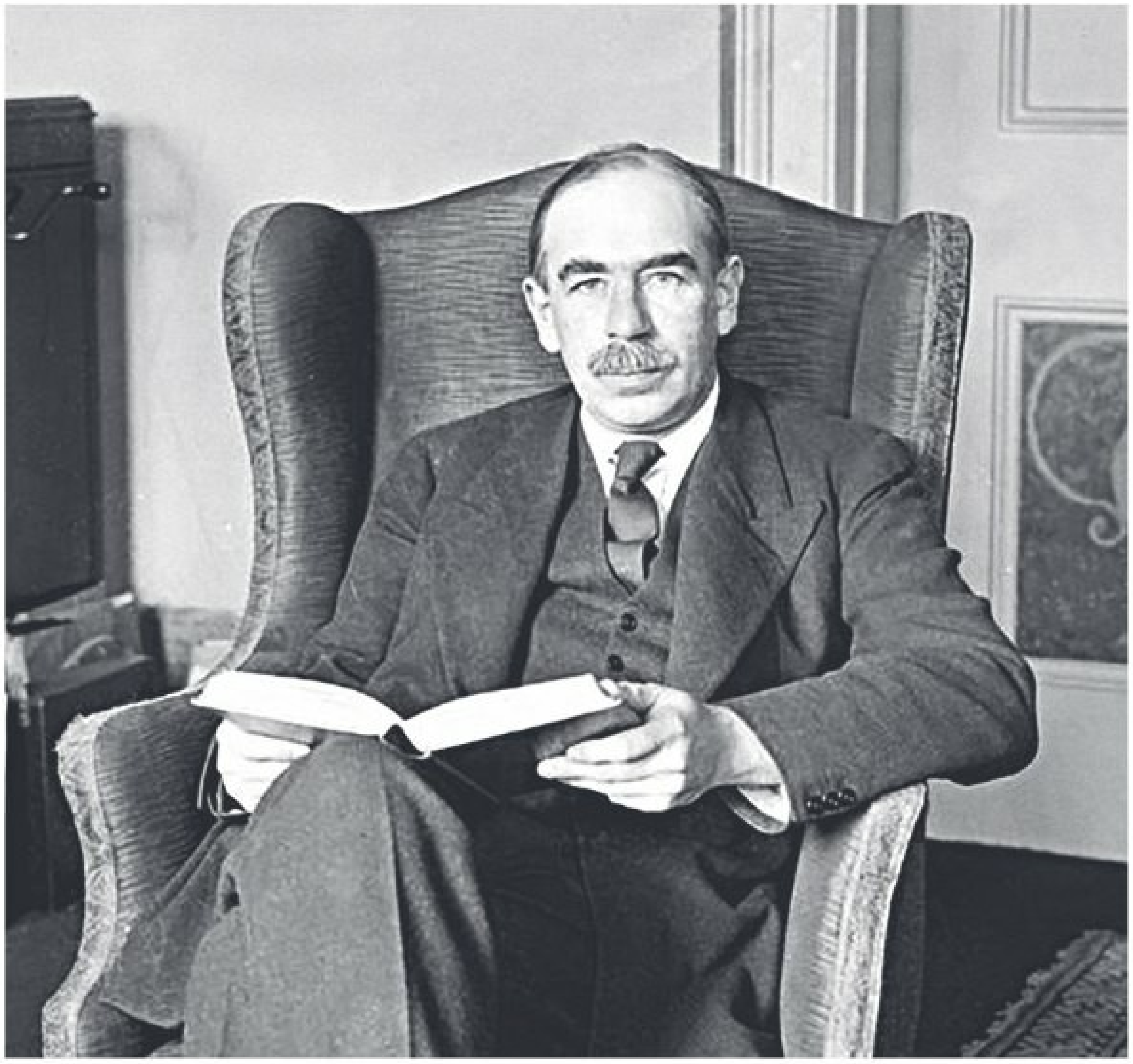
Isto significa que é crucial a identificação dos elementos do sistema econômico, mas, sobretudo, são decisivos os supostos que definem a natureza das relações entre esses elementos. Sim, relações, e não as "coisas" isoladas, tal como prefere a economia, outrora chamada de vulgar.

A metafísica e a epistemologia da corrente dominante ocultam a ontologia do econômico, uma visão da estrutura e das conexões da sociedade mercantil capitalista. Para esse paradigma, a sociedade em que se desenvolve a ação econômica é constituída pela agregação de indivíduos, articulados entre si por nexos externos.

As teorias econômicas convencionais estão encharcadas de indagações binárias do tipo "é isto ou aquilo?" Peço ao leitor que permita aos modestos economistas invocar um filósofo da estatura de Hegel para arrostar esse viés metodológico. Na *Introdução à Ciência da Lógica*, o mestre de Iena asseverou:

"Quando as formas são tomadas como determinações fixas e, consequentemente, em sua separação uma da outra, não como uma unidade orgânica, elas são formas mortas e o espírito que anima sua vida, a unidade concreta, não reside nelas... O conteúdo das formas lógicas nada mais é senão o fundamento sólido e concreto dessas determinações abstratas; e o ser substancial dessas abstrações é usualmente buscado fora delas".

Adverte o economista Brad Delong: aos economistas do *mainstream* não lhes



Keynes. O economista deve integrar o particular quando se refere ao geral e tocar o abstrato e o concreto de uma vez

ACERVO DO NATIONAL PORTRAIT GALLERY E PINTURA DE JAKOB SCHLESINGER/ACERVO DO MUSEU STAATLICHE DE BERLIM

faltam dados, mas os dados estão sendo forçados por uma narrativa mecânica a se encaixarem nas categorias predefinidas nos manuais de econometria.

Aos leitores que tiveram a paciência de chegar até aqui, o método de testar hipóteses em econometria tem seu valor, desde que tenha relevância para compreender relações econômicas. Não basta escolher uma variável independente e outra dependente, o que determina a simplória correlação entre as variáveis. É importante lembrar que correlação não implica causalidade, mas nossos doutores omitem essa informação.

Estatística deixa de ser a probabilidade de um evento ocorrer ou não, e alta correlação deixa de ser porcentual de chance de uma variável depender da outra.

Nessa confraria de “Amantes da Ciência Triste”, basta a grife de um ou de uma economista de banco, indicando que realizou a pesquisa de dados, acompanhada da assinatura de um economista de prestigiosa universidade. Assim, replicam-se num movimento de translação e de rotação de dados que não significam nada.

Vamos nos valer de André Lara Resende: “No caso dos economistas da escola majoritária, a neoclássica marginalista, a realidade foi preterida em favor dos modelos matematicamente formalizados. Há décadas, toda a pesquisa acadêmica se desenvolve no âmbito do modelo canônico de referência. O processo de reificação, de tomar o modelo pela realidade, tornou-se o ponto de partida da reflexão acadêmica em economia. Pequenas variações arbitrárias são inseridas no modelo de referência, para conseguir produzir resultados específicos, quando alguns aspectos da realidade que insistem em não se submeter à teoria precisam ser incorporados. Pouco importa que o debate acadêmico aconteça num universo conceitual paralelo, numa linguagem inacessível à grande maioria. Ao contrário, é a inacessibilidade aos não iniciados, a linguagem pretensamente científica, que confere autoridade aos habilitados para falar pelo grupo, para pautar a mídia e garantir a permanência das ideias professadas”.

Na confraria de “Amantes da Ciência Triste”, basta a grife de um economista de banco

A concorrência entre os cursos de Economia assume os modos de corrida frenética entre os que usam mais econometria, e faz mais pesquisa de dados e testes de hipóteses desprovidos de conceitos, sem considerar a vida econômica-social de mulheres e homens. O novo é travestido do velho abrigado nos métodos marginalistas do século XIX, agora, com uso (sofisticado?) de *softwares* e Inteligência Artificial.

O real vem se valorizando desde março de 2025. Desde 1999, o Brasil adota regime de câmbio flutuante, conta de capitais totalmente aberta e regime de meta de inflação. Nos modelitos, a taxa de câmbio não está relacionada às taxas de juro. Indagamos: a relação câmbio/juros teria a ver com captação de Bonds de empresas nacionais e do Tesouro Nacional em moeda estrangeira no exterior? Não tem relação com investimento direto produtivo? Não tem relação com o diferencial entre a taxa de juros americana e a brasileira? Não tem relação com operação de *carry trade*?

“A economia não é uma ciência, é uma religião com vários deuses e várias igrejas.” (Delfim Netto)

Nosso Mundo

O embate rende votos

COLÔMBIA Iván Cepeda, candidato de Gustavo Petro, lidera as pesquisas e é favorito para manter a esquerda no poder

POR IGOR FUSER*

Primeiro presidente de esquerda na história da Colômbia, Gustavo Petro aproxima-se do momento decisivo da escolha do sucessor nas eleições presidenciais, agendadas para 31 de maio, com um eventual segundo turno em 21 de junho. O candidato do Pacto Histórico, a coligação governista, Iván Cepeda, lidera a corrida com 44,3% das intenções de voto, segundo a pesquisa mais recente, do instituto Invamer, divulgada no domingo 26. Os números indicam uma subida de 7 pontos porcentuais em relação ao resultado de um mês atrás. Em seguida se situam, praticamente empatados, os dois candidatos mais fortes no campo da direita: Abelardo de la Espriella, com 21,5%, e Paloma Valencia, com 19,8%.

Outra sondagem, do instituto Celag Data, publicada no mesmo dia, além de confirmar o favoritismo de Cepeda (nesta, com 41,6%), apresenta o candidato governista como o mais provável vencedor de um possível segundo turno. Nesse cenário hipotético, o ex-senador derrotaria Valencia por 48,3% a 38,6% e também levaria vantagem contra Espriella, 49% a 36,1%. Os dados contrastam com uma pesquisa anterior, do instituto AtlasIntel, que aponta uma derrota de Cepeda para qualquer dos dois candidatos de direita. As três instituições de pesquisas são consideradas confiáveis pela mídia colombiana.

Petro, impedido por um dispositivo constitucional de buscar a reeleição, vai encerrar um mandato de quatro anos em que agiu exatamente como os críticos de esquerda à gestão de Lula gostariam que o brasileiro fizesse. Em contraste com a conduta conciliadora de Lula, o colombiano governou em confronto aberto e permanente contra as forças da direita. Lutou como um leão por reformas sociais em favor da maioria desprivilegiada e enfrentou Donald Trump com uma inflamada retórica anti-imperialista por ocasião do sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro, em 3 de janeiro.

O atual presidente preferiu o confronto à conciliação

O ex-guerrilheiro ganhou várias paradas, e perdeu outras. Conseguiu ampliar os direitos dos assalariados com a aprovação de uma importante reforma trabalhista, depois de oito meses de queda de braço com os congressistas conservadores e o empresariado. Para superar o bloqueio opositor, aliou-se aos sindicatos e movimentos sociais, ameaçou apoiar uma greve nacional e convocou uma "consulta popular" plebiscitária, que acabou não se realizando. "Se tivermos que fazer uma greve por tempo indeterminado, o presidente estará ao lado do povo e, se eles me expulsarem por isso, uma revolução explodirá na Colômbia, porque não vamos nos ajoelhar", disse Petro, no auge do conflito. Mas a proposta presidencial de uma reforma tributária com foco no aumento da taxação dos milionários naufragou sob o veto de um Judiciário sob controle das tradicionais oligarquias, e o projeto da instalação de um grande sistema de saúde pública inspirado no SUS brasileiro ficou na promessa.

Já os resultados econômicos foram bons, quando confrontados às previsões pessimistas dos mercados financeiros por ocasião da vitória do Pacto Histórico nas eleições de 2022. O Produto Interno Bruto cresceu 2,6% em 2025, acima da média latino-americana de 2,2%, o desemprego ficou em 8,2%, o menor nível histórico no país, e a inflação em 5%, o que é considerado aceitável. O presidente desprezou solenemente os clamores da direita por "austeridade fiscal" e acionou a cláusula constitucional que lhe permite suspender o controle do gasto público. Estimativas citadas pela agência britânica BBC indicam que as contas da Colômbia devem fechar 2025 com um déficit de 6,2% do PIB, enquanto o brasileiro no mesmo ano fechou em 0,48%.

Quanto ao julgamento popular, as pesquisas mostram resultados contraditórios. Em fevereiro, o instituto Invamer

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
Direitos humanos.
Rodrigo Duterte na mira do Tribunal Penal Internacional

Continuidade. O ex-senador Cepeda trabalha para ampliar a base eleitoral do Pacto Histórico, a coligação governista liderada por Petro, atual mandatário

VITAL JUAN CANO/PRESIDÊNCIA DA COLÔMBIA E RAUL ARBOLEDA/AFP

apresentou um virtual empate, com um índice de aprovação de 49,1% e 48,6% de rejeição. Já a pesquisa do AtlasIntel em abril apontou uma avaliação claramente negativa, em que a aprovação registra 40,5%, enquanto a reprovação alcança 57,2%.

Um fator relevante para definir a atitude dos colombianos perante o governo é a percepção de insegurança. Questionados na pesquisa do Invamer sobre "qual é o principal problema da Colômbia na atualidade", 30,9% apontaram a (falta de) segurança pública, bem acima dos outros tópicos mais citados: desemprego (18,9%), necessidades básicas (14,6%) e corrupção (13,3%). A preocupação com a criminalidade tem a ver com a atuação dos cartéis de narcotraficantes (as exportações de cocaína atingiram recorde histórico em 2025) e com o fracasso, até agora, do diálogo oficial – chamado pelo governo de "Paz Total" – com os guerrilheiros de esquerda que permaneceram em armas após o acordo que pôs fim, em 2016, a meio século de uma guerra civil protagonizada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. O desarmamento das Farc desencadeou uma disputa sangrenta pelo domínio dos territórios outrora sob seu controle, travada entre vários grupos dissidentes da organização e o Exército de Libertação Nacional, presente em grande parte do país.

Nesse quadro político, Cepeda desponta na dianteira eleitoral. Com 63 anos, advogado conhecido pela militância em defesa dos direitos humanos, é filho de um senador comunista assassinado em 1994 por sicários a serviço da extrema-direita. Ciente do desafio de enfrentar uma direita unificada em um provável segundo turno, o candidato governista aposta na ampliação do contingente de votantes, atraindo às urnas setores sociais que costumam abster-se – indígenas e moradores das favelas –, num país onde o voto é facultativo. Essa intenção se traduz na escolha da companheira de chapa, a senadora indígena Nasa Aida Quilcué.

Valencia, de 48 anos, senadora pelo Centro Democrático, partido de perfil fortemente conservador, é herdeira de uma família oligárquica da cidade de Popayán. Figura apagada na política nacional, seu grande trunfo é o de ser a candidata oficial do uribismo, movimento ligado ao ex-presidente Álvaro Uribe, que se notabilizou pelo perfil autoritário, pela oposição ao acordo de paz com as guerrilhas e pelas acusações de vínculos com o narcotráfico e grupos paramilitares.

A grande novidade é o advogado Espriella, de 47 anos, *outsider* sem experiência política prévia que morou até recentemente em Miami e se apresenta como admirador de Trump, do argentino Javier Milei e do salvadorenho Nayib Bukele. Muito ativo nas redes sociais, é o típico demagogo de inclinações fascistas, com um discurso centrado na denúncia da insegurança pública, na defesa da fé cristã e da "família" e no ataque feroz a Petro e a tudo o que pareça ser de esquerda. Sua candidatura é considerada uma espécie de "plano B" do uribismo.

Há muito em jogo na Colômbia, o país da América Latina com mais bases militares norte-americanas no seu território, além de uma economia importante. Entre outras coisas, a atual disputa pode servir como teste para a disposição de Trump de interferir nas eleições dos países que considera incluídos na esfera de influência exclusiva dos EUA. •

**Professor da UFABC.*

Peixe médio

DIREITOS HUMANOS Rodrigo Duterte é o primeiro asiático a ser julgado pelo TPI por crimes contra a humanidade

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

O Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, na Holanda, admitiu a própria competência para julgar e eventualmente condenar o ex-presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, linha-dura cuja política de extermínio contra traficantes e usuários de drogas resultou na morte de milhares de cidadãos. Duterte foi capturado na capital Manila em março de 2025, e está detido na cidade-sede da Corte desde então. Ele foi entregue ao TPI pelas autoridades judiciais de seu próprio país e agora deve enfrentar um julgamento que pode levar entre oito meses e um ano, com alta probabilidade de condenação por crimes contra a humanidade ocorridos no contexto de sua "guerra às drogas".

A importância do caso transcende a realidade filipina e vai muito além do destino de um ex-presidente em particular. Ao confirmar que tem jurisdição sobre Duterte, o TPI tenta sair das cordas e reagir contra a mais violenta onda de ataques e pressões que sofreu desde a sua instalação, em 2002. A Corte foi concebida para julgar crimes de guerra, crimes de agressão e crimes contra a humanidade nos casos em que os tribunais nacionais não querem ou não conseguem julgar seus próprios criminosos. Nos últimos 24 anos, até conseguiu levar autoridades políticas e comandantes militares ao banco dos réus – e eventualmente à cadeia –, mas sempre com êxito muito maior quando isso envolve personagens de países pobres e marginais, nunca líderes de potências ocidentais.

Duterte está longe de ter o peso de Donald Trump, Benjamin Netanyahu ou Vladimir Putin, esses dois últimos com ordens de captura internacional emitidas, mas sem perspectiva real de que venham um dia a ser presos. Ainda assim, apesar de peixe pequeno, é simbolicamente importante, pois se tornou o primeiro líder asiático a virar réu na Corte, ampliando o alcance de uma instância que até agora tinha predileção por criminosos de países africanos, como a República Democrática do Congo, o Mali, a Costa do Marfim e Uganda.

Uma parte da explicação para essa seletividade do TPI está no argumento de que o sistema judicial de congoleses, malineses, marfinenses e ugandenses não é robusto o bastante para fazer o que precisa ser feito, e também de que esses países estão ou estiveram envolvidos em guerras civis ou conflitos regionais, nos quais os crimes de guerra e crimes contra a humanidade foram flagrantes e impunes. Outra parte dessa explicação está ligada, no entanto, a uma miopia deliberada contra potências como os Estados Unidos, país que, embora não se sujeite à jurisdição da Corte, pode ainda assim ter seus cidadãos julgados por crimes cometidos no território de países signatários. Além disso, há o receio de represálias.

O tribunal tenta sair das cordas em meio ao cerco dos EUA

A pressão dos norte-americanos sobre o TPI teve início em 2017, ainda durante o primeiro mandato de Trump, quando a então procuradora da Corte, a gambiana Fatou Bensouda, abriu um exame preliminar para determinar se militares e agentes da CIA tinham cometido crimes de guerra contra combatentes inimigos no Afeganistão. À época, Mike Pompeo – primeiro, chefe da CIA e, depois, secretário de Estado – liderou uma ofensiva contra ela e contra a Corte. Os Estados Unidos cancelaram o visto de integrantes do tribunal, o que os impedia, inclusive, de chegar à sede das Nações Unidas em Nova York. O cancelamento de vistos viola um acordo de sede com a ONU, mas Pompeu e Trump não deram a mínima. Em seguida, congelaram os bens de Bensouda e advertiram que "indivíduos e entidades que continuem a apoiar materialmente esses indivíduos também correm o risco de sofrer sanções".

O recado foi dado e, desde então, não houve sequer menção de que o TPI pudesse seguir na análise de casos a envolver norte-americanos, nem mesmo quando ficou provado que um bombardeio dos Estados Unidos pulverizou uma escola feminina, em Minab, no sul do Irã, no fim de fevereiro.

Como os casos de Netanyahu, acusado de usar a fome como arma de guerra contra civis palestinos na Faixa de Gaza, e de Putin, que responde por sequestro e tráfico de crianças ucranianas, di-

Teste. O ex-presidente filipino, preso em Haia desde 2025, se jactava de "matar criminosos". A Corte tem a chance de provar que não condena só "bagrinhos"

NOEL CELIS/AFP

ficilmente avançarão, Duterte desponta como o líder não africano mais perto de uma condenação de grande repercussão agora. Outro detalhe importante no processo é o fato de os crimes em julgamento não terem ocorrido propriamente numa guerra, no sentido jurídico do termo, mas numa política de segurança pública extremamente violenta, que encontra entusiastas e adeptos em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil.

O ex-presidente filipino, hoje com 81 anos, falava em "matar cinco criminosos por semana" e prometeu indulto a policiais envolvidos em "homicídios múltiplos". Além disso, dizia que engordaria os peixes da Baía de Manila com os corpos de "traficantes de drogas, assaltantes e desocupados". A defesa alega que as declarações não podem ser interpretadas como ordens literais e expressas, mas apenas como elemento de retórica política. É improvável que os juízes caiam nessa, assim como é improvável que aceitem o segundo argumento da defesa, o de que Duterte tem perda cognitiva associada à idade avançada.

O retrospecto para ele na Corte é negativo de saída. Seus advogados argumentaram que o tribunal não teria jurisdição sobre o cliente, porque ele havia retirado as Filipinas do acordo do TPI quando ainda era presidente. Os juízes não aceitaram o argumento, pois o artigo 127 do Estatuto de Roma, que senta as bases da instituição, define que a retirada de um Estado Parte "em nada afetará a prossecução da apreciação das causas que o Tribunal já tivesse começado a apreciar antes da data em que a retirada começou a produzir efeitos". Duterte estava à época passando por exame preliminar de admissibilidade, o que, segundo os juízes, é uma "apreciação da causa".

Outro líder internacional sob análise preliminar de admissibilidade no TPI é Jair Bolsonaro, por suspeita de genocídio contra povos indígenas brasileiros. O Brasil está sujeito à Corte, por mais que o presidente Lula tenha feito pouco caso dela quando foi questionado sobre a ordem de prisão emitida contra Putin. Segundo ele, a Corte só julga "bagrinhos". •

Tiros no salão

EUA Donald Trump se esforça para capitalizar mais um atentado frustrado contra a sua vida

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Autor da tentativa de atentado, cujos detalhes ainda nebulosos carecem de explicações, Cole Tomas Allen foi indiciado na segunda-feira 27 por um tribunal federal em Washington. As acusações contra o californiano de 31 anos podem render-lhe prisão perpétua. Na noite de sábado 25, Allen transformou o jantar da Associação de Correspondentes da Casa Branca em minutos de pânico. Correu com uma espingarda de calibre 12 e uma pistola calibre 38 em direção ao último posto de segurança do Washington Hilton Hotel, a poucos metros do salão no qual Donald Trump discursava. Após atingir um agente do Serviço Secreto no peito, que recebeu alta na mesma noite, o atirador acabou imobilizado, enquanto o presidente, o vice e outros integrantes do governo eram retirados às pressas do evento.

Morador de Torrance, na região de Los Angeles, Allen é engenheiro de computação e tutor de ensino médio, sem antecedentes criminais, com vida relativamente estável. Tinha emprego, amigos, vínculos familiares e admiração de ex-professores. Nada que, à primeira vista, indicasse a intenção de atravessar o país para cometer um atentado em um hotel lotado de autoridades e agentes secretos. Nas redes sociais, alternava comentários sobre tecnologia, cultura *pop* e vida acadêmica com postagens cada vez mais obcecadas por Trump. A queixa criminal mostra que o professor comprou legalmente as duas armas na Califórnia e, em abril, organizou meticulosamente a viagem a Washington: primeiro de trem de Los Angeles a Chicago, depois outro trem até a capital. E fez a reserva no hotel três semanas antes de tentar invadir o jantar.

Minutos antes dos disparos, Allen programou um *e-mail* para ser enviado, um documento que o FBI anexou à acusação sob o título *Apology and Explanation* ("Pedido de Desculpas e Explicação", em português). A carta é um misto de manifesto político e planejamento operacional. Nela, o atirador pede desculpas aos pais por ter inventado uma "entrevista", a colegas e estudantes por alegar uma emergência, a passageiros de trem e funcionários de hotel por têlos colocado em perigo "simplesmente por estar perto". Em seguida, revela o que o levou a cometer o crime: "Como cidadão norte-americano não estou mais disposto a permitir que um pedófilo, estuprador e traidor lave minhas mãos com seus crimes". O texto diz ainda que esta era a primeira oportunidade real de "fazer algo a respeito" e listou "funcionários da administração do mais alto ao mais baixo escalão" como alvos legítimos.

> O republicano pede pressa na construção do salão de baile na Casa Branca, obra embargada pela Justiça

No domingo 26, Trump falou sobre os riscos de ser presidente. "Ninguém me contou que isso era uma profissão tão perigosa. Se o Marco (*Rubio*) tivesse me avisado, talvez eu não tivesse concorrido. Não consigo imaginar outra profissão mais perigosa, mas estou aqui para fazer um trabalho e isso faz parte."

Embora representantes dos partidos Democrata e Republicano tenham sofrido ataques nos EUA, Trump é o alvo mais notório da violência política recente no país. Em 13 de julho de 2024, durante comício na Pensilvânia, o atirador Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, abriu fogo de um telhado e atingiu de raspão a orelha do então candidato. Crooks foi morto por agentes do Serviço Secreto. Meses depois, a ameaça se deslocou para um de seus redutos privados. No condomínio de Mar-a-Lago, Ryan Wesley Routh, 59 anos, escondeu-se entre arbustos com um rifle e esperou a passagem de Trump para atirar, mas foi surpreendido por um agente, preso horas depois e condenado à prisão perpétua no início do ano.

A sequência de ataques violentos contra Trump não reproduz apenas a imagem de um presidente sitiado, mas alimenta a desconfiança de quem enxerga, em cada novo episódio, uma oportunidade política. Um dia antes dos tiros no Washington Hilton Hotel, o jornal *The New York Times* revelou que a Clark Construction, empreiteira escolhida para estar à frente das obras no salão de baile, havia recebido em janeiro um contrato secreto e sem licitação para reformar duas fontes no Lafayette Park,

WHITE HOUSE
CORRESPONDENTS'
ASSOCIATION

Lobo solitário. Allen expôs os motivos do ataque em um *e-mail*. Trump aproveitou para defender seus planos de reforma na sede do governo dos EUA

MANDEL NGAN/AFP E REDES SOCIAIS DONALD TRUMP/AFP

em frente à Casa Branca, por 17,4 milhões de dólares, cinco vezes mais que a estimativa feita na gestão de seu antecessor Joe Biden. Em 31 de março, o salão de baile que Trump tanto quer erguer e está orçado em cerca de 400 milhões dólares, teve seu projeto embargado por um juiz federal, que determinou a necessidade de autorização do Congresso para qualquer avanço acima do solo. Poucas horas após a tentativa de invasão no jantar, foi por esse salão que Trump evocou em um texto indignado na Truth Social: "Este evento jamais teria acontecido com o salão de baile militarmente ultrassecreto atualmente em construção na Casa Branca. Ele não pode ser construído rápido o suficiente!", e exigiu que a ação judicial contra o projeto fosse "imediatamente" arquivada.

Desde então, o debate sobre o incidente de sábado 25 se divide entre aqueles que viam na escalada de violência o retrato de um país polarizado e os que suspeitavam que, diante do desgaste nas pesquisas, o governo estivesse explorando ou, no limite, instrumentalizando cada novo "susto" para justificar obras bilionárias e pedir mais poderes em nome da segurança. "Já houve algum presidente com tantas 'tentativas' próximas contra a sua vida? Talvez sejam leis de armas frouxas, talvez seja a falta de financiamento em saúde mental ou talvez seja falso... quem sabe...", sugeriu a deputada democrata Jasmine Crockett em uma publicação no X.

A teoria da conspiração não traduz a linha oficial do Partido Democrata, que condenou o ataque e evita sugerir armação, mas captura a erosão de confiança em torno de um governo que parece viver de crise em crise e, ao mesmo tempo, capitalizar cada uma delas. Não é um detalhe: às vésperas do jantar, uma pesquisa Reuters/Ipsos registrou uma aprovação de 36% ao governo Trump e 62% de rejeição. Visto desse ângulo, o tiroteio no Hilton entra menos como evento isolado e mais como peça de um tabuleiro onde o medo, as obras bilionárias e um presidente fragilizado nas pesquisas disputam o mesmo centro da violência política que não é apenas moralmente indefensável, mas um erro tático grosseiro que quase sempre sabota as causas que afirma defender. •

Equilibrar-se no risco

CINEMA A RT Features chega aos 20 anos com dois Oscars e uma história marcada por aventuras, conquistas e uma quase falência

POR ANA PAULA SOUSA

No mês passado, quando realizou uma retrospectiva de parte importante de sua filmografia na Cinemateca Brasileira, Rodrigo Teixeira viu dois sentimentos se misturarem: a felicidade ante o reconhecimento do caminho percorrido e a impressão de que, apesar dos 20 anos de sua produtora, ainda tem algo de "estranho no ninho" no cinema paulista.

Esse estranhamento remete ao princípio de tudo. Quando olha para trás no tempo, Teixeira se lembra muito da sensação de, num primeiro momento, não ter sido aceito no meio. "Por quê? Porque eu não fiz faculdade de Cinema, não era filho de ninguém, não tinha trabalhado em produtora de publicidade, não tinha sido assistente de direção, assistente de figurino, assistente de arte. Então, eu não pertencia."

Se não tinha feito nada disso, o que, afinal de contas, ele queria no cinema? "Meu desejo era produzir filmes fora do Brasil", responde, explicando o percurso atípico da RT Features, sua produtora.

A empresa que está nos créditos do primeiro filme brasileiro a levar o Oscar, *Ainda Estou Aqui* (2024), e do primeiro a ganhar o prêmio principal da mostra Un Certain Regard, do Festival de Cannes, *A Vida Invisível* (2019), é a mesma a aparecer em longas-metragens de diretores estrangeiros como Noah Baumbach (*Frances Ha*), Luca Guadagnino (*Me Chame Pelo Seu Nome*) e Robert Eggers (*A Bruxa* e *O Farol*).

De James Gray, fez *Ad Astra: Rumo às Estrelas* (2019), *Armageddon Time* (2022) e, agora, *Paper Tiger*, com Scarlett Johansson e Adam Driver, anunciado na semana passada como um dos concorrentes à Palma de Ouro, de Cannes.

"Vim de uma escola tradicional em São Paulo, de onde, normalmente, as pessoas saem para ir trabalhar na Faria Lima", segue explicando. "Sou de esquerda, mas minha família é de centro-direita, e não tinha nenhuma ligação com arte. Sou, inclusive, o oposto de tudo que eles imaginaram pra mim num primeiro momento. Como espectador, fui cria do cinema norte-americano."

Do cinema brasileiro, ele se recorda de ver, na infância e na adolescência, *Os Trapalhões* na tela grande e filmes que passavam depois da meia-noite, como *A Dama do Lotação* (1978) e *Rio Babilônia* (1983), na televisão.

"Naquele momento, eu não entendi se aquilo era bom. Com aquela idade, achava, no fundo, que aquilo era menor", diz, espelhando uma vivência comum então. Entre fins da década de 1980 e início da década de 1990, o cinema brasileiro, atingido pelo fechamento das salas de rua e o fim da Embrafilme, tornou-se quase invisível.

Nascido no Rio, Teixeira se mudou para São Paulo aos 7 anos. Um dia depois de ter completado 10 anos, ficou órfão de pai. Foi nos cinemas dos shoppings Iguatemi e Eldorado – e do Cine Leblon, perto de onde viviam seus avós, no Rio – que teve sua cinefilia forjada.

Enquanto a produção brasileira buscava formas de reexistir, Teixeira se encantava com a potência de *Os Bons Companheiros* (1990), de Martin Scorsese – diretor de quem, num futuro à época distante, acabaria por se tornar parceiro profissional. E pensava: quero fazer isso.

A primeira porta a se abrir foi a da VideoFilmes, de João e Walter Moreira Salles – onde chegou por indicação de

História. Com *O Cheiro do Ralo*, Rodrigo Teixeira estreou como produtor; com *A Vida Invisível* ganhou a mostra Un Certain Regard; com *Ainda Estou Aqui*, o Oscar

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52

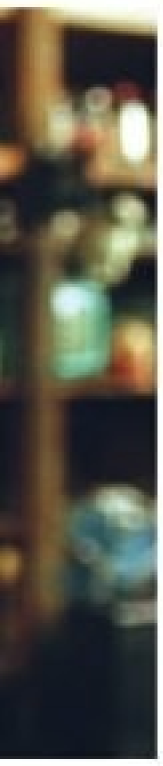
Ideias. Vladimir Safatle escrutina os fascismos que estão sempre à espreita

> “Foram quatro anos muito difíceis. Cheguei a falar: não vou aguentar. Eu não fui resiliente nos 15 primeiros anos de RT. Fui resiliente de 2020 a 2024”

uma amiga. A empresa estava produzindo *Central do Brasil* (1998). “A primeira produtora que me chamou pra conversar foi a Videofilmes; a segunda, a LC Barreto; e a terceira foi a Conspiração”, lista, para depois concluir: “Todas cariocas.”

Não foi, porém, diretamente por meio de filmes que Teixeira conseguiu cavar seu espaço no cinema. Foi por meio dos livros. No início dos anos 2000, ele criou uma série sobre times de futebol chamada *Camisa 13*. Um dos livros, escrito por Mário Prata sobre o Palmeiras, virou o filme *O Casamento de Romeu e Julieta* (2004).

A partir daí, o produtor farejou a trilha que o levaria, efetivamente, à indústria cinematográfica: a compra de direitos de obras literárias. De um livro de Lourenço



LEO TEIXEIRA E RT FEATURES

Mutarelli nasceu o primeiro longa-metragem da RT, feito 20 anos atrás: *O Cheiro do Ralo*, dirigido por Heitor Dhalia.

Teve assim início uma fase na qual Teixeira comprou direitos a perder de vista – também porque, naquele momento, o mercado brasileiro não olhava de forma estruturada para esse negócio. Ao mesmo tempo que adquiria novos livros, ele anunciava sua entrada em projetos internacionais. Não demorou para que começasse a ser visto, por alguns, como megalomaníaco.

"Se era difícil fazer cinema no Brasil, imagina para um cara que nunca tinha feito nada fazer cinema nos Estados Unidos. Só que não me parecia mais difícil. Me parecia que seria mais fácil para mim. Porque eu gostava e conhecia", diz. "Sempre pensei: não vou abrir mão da minha paixão porque o outro acha que não mereço."

A RT já tinha produzido quatro longas-metragens no Brasil quando fincou sua primeira bandeirinha no tabuleiro internacional, com a chegada de *Frances Ha* (2012) a Sundance. Em 2017, viria o primeiro Oscar, de Melhor Roteiro Adaptado, com *Me Chame Pelo Seu Nome*. Dois anos depois, a conquista em Cannes com *A Vida Invisível*, nascido de um livro sugerido por Teixeira ao diretor Karim Aïnouz.

"O Brasil precisa discutir os preços reais de uma produção", afirma

Mas o que parecia ser um voo de cruzeiro enfrentou uma turbulência cujos efeitos ainda se fazem sentir: em 2020, investidores entraram na Justiça apontando indícios de fraude nas operações financeiras da RT.

"Não vou falar que fui 100% certo. Eu errei. Mas também fui muito julgado e atacado", diz, quando o tema é levantado. "Existiu um escrutínio público contra mim também como forma de pressão para eu ceder e fazer o que quem me processava queria. E, nisso, fui quase cancelado."

Teixeira não esconde a mágoa de ver comentários sobre sua conduta sendo feitos por colegas em um grupo de WhatsApp. Diz que chegou a pensar em desistir.

"Foram quatro anos muito difíceis. Falei: não vou aguentar. Eu não fui resiliente nos 15 primeiros anos de RT. Fui resiliente de 2020 a 2024", afirma. "Se estou comemorando 20 anos é porque tem muita gente que me carregou para estar aqui e está me ajudando a me reestruturar. Recebi um apoio que me deu estrutura para que eu faça o que eu sei fazer de melhor: empacotar, criar e botar meus projetos no mundo."

A reação foi possível, em termos financeiros, graças a um fundo que assumiu parte das dívidas da RT. E, em termos profissionais, foi coroada com *Ainda Estou Aqui*, catalisador da reconstrução da imagem da RT. E se de todo tombo sempre fica uma lição, a dele foi, obviamente, a de que deixava a dever como gestor. Mas não só.

A partir da crise, ele decidiu que, no Brasil, não fará mais filmes com capital privado – "caríssimo" e despreparado para o risco inerente ao setor. "Por mais que o Fundo Setorial do Audiovisual busque resultado, se você prestar contas e usar o dinheiro público da maneira correta, você não vai ser punido por causa de resultado", diz. "Você continua podendo captar."

Teixeira pondera que, duas décadas atrás, quando fez *O Cheiro do Ralo*, o ambiente era, de certa forma, mais propício ao investimento privado: era possível fazer um filme com orçamento pequeno e alcançar, nas salas de cinema, ao menos 100 mil espectadores. Hoje, em sua visão, o Brasil precisa discutir os "preços reais" de uma produção e "trabalhar com orçamentos viáveis".

"Nos últimos dois anos, o cinema brasileiro teve sete indicações ao Oscar, com dois filmes. Tivemos ainda um técnico indicado por outro filme", contabiliza. "Mas o que a gente vai fazer agora?"

A RT, diz ele, seguirá apostando em projetos internacionais, como *Sweet Vengeance*, de Brian De Palma, a ser rodado em Portugal, e em filmes brasileiros de orçamentos compatíveis com a nova realidade do mercado, moldada pelos novos hábitos trazidos pelo *streaming*. •

Lá fora. Com *Frances Ha*, a empresa entrou no radar do circuito internacional

RT FEATURES/NOAH BAUMBACH

O filme sobre Zico está em cartaz nas salas de cinema

REDES SOCIAIS/FLAMENGO

Galinho no Brasil, samurai no Japão

DOCUMENTÁRIO. *ZICO: O SAMURAI DE QUINTINO* É UM TRIBUTO OBJETIVO E POUCO EMOCIONAL DO CRAQUE DO FLAMENGO

POR MARCELO MIRANDA

A escolha do título indica o fio narrativo um tanto inusitado do documentário sobre Arthur Antunes Coimbra: *Zico: O Samurai de Quintino*. A referência remete ao momento no qual o jogador mais famoso na história do Flamengo foi para o Japão trabalhar no Kashima Antlers, clube até então inexpressivo. Era o começo dos anos 1990 e o time, a partir do momento em que o brasileiro se dedicou a ele, tornou-se um fenômeno na Ásia.

No começo do filme dirigido por João Wainer, que estreia nos cinemas na quinta-feira 30, Zico é visto como o estrangeiro que profissionalizou o futebol na cidade de Kashima e que, graças à conduta, disciplina e exigência técnica, inspirou gerações. Ele era visto, no país, como um "samurai".

Na juventude, no Rio de Janeiro, Zico, franzino e cabeludo, tinha o apelido de Galinho de Quintino – por ter nascido e crescido no bairro de Quintino Bocaiuva. Wainer se concentra numa biografia cronológica de Zico – hoje com 73 anos – em meio a rememorações dele e de familiares, fotografias e documentos que retratam sua trajetória impressionante no futebol, com 508 gols pelo Flamengo entre 1971 e 1990 e passagens pela Copa do Mundo.

Há, além dos depoimentos, a interação do protagonista com alguns dos colegas e amigos da profissão. As inserções da ida para o Japão, volta e meia retornando ao filme, soam, por vezes, deslocadas – ainda mais porque a identificação de entrevistados é feita, com recorrência, em japonês e em português.

Wainer adota a postura de admirador respeitoso. Mesmo em passagens mais intensas, como a grave lesão no joelho esquerdo, sofrida pelo atleta em 1985, numa falta, e a perda do pênalti contra a França nas quartas-de-final da Copa do Mundo de 1986, no México, o filme mantém uma estrutura objetiva e pouco emocional.

O documentário se aproxima de alguma paixão mais forte na sequência em que Zico retorna ao Maracanã e relembra sua despedida do Flamengo, em 1990, num amistoso que reuniu mais de 90 mil pessoas no estádio.

Boa parte do encanto de *Zico: O Samurai de Quintino* vem das imagens de arquivo extraídas de fitas VHS, filmes em Super-8 e memorabilias, como a camisa 10 da final do Mundial de Clubes de 1981. A certa altura, o jogador é mostrado passeando com os netos pelo Rio de Janeiro, jogando bola com amigos e refletindo, sem modéstia, mas com humildade, sobre suas conquistas. João Wainer, santista declarado, fez um tributo bonito ao craque do Flamengo. •

O perigo sempre à espreita

IDEIAS Vladimir Safatle faz um diagnóstico sobre os novos fascismos, mas deixa ao leitor a resposta sobre como combatê-los

POR MARIA FERNANDA VOMERO

Não há nada de propriamente novo no livro mais recente do filósofo e psicanalista Vladimir Safatle, *A Ameaça Interna: Psicanálise dos Novos Fascismos*. Boa parte das reflexões mobilizadas no ensaio vinha circulando de maneira difusa e tímida nos meios acadêmicos e midiáticos há certo tempo.

Ao agrupar e articular com minúcia e lucidez tais questões, Safatle oferece ao leitor, porém, uma obra que busca contribuir para que o "freio de emergência", nos termos benjaminianos, seja puxado.

O filósofo Walter Benjamin sugeriu, a partir da imagem da "locomotiva da história" de Marx, que a revolução, como um despertar coletivo, seria um "freio de emergência" – um meio de evitar que a humanidade, abandonada aos trilhos de um progresso feroz, caísse no abismo.

Com vasta produção reflexiva publicada em veículos dos mais aos menos especializados, Safatle mantém uma atuação intelectual incansável, acumulando participações e entrevistas em programas de televisão, rádio, canais de YouTube, *podcasts* etc.

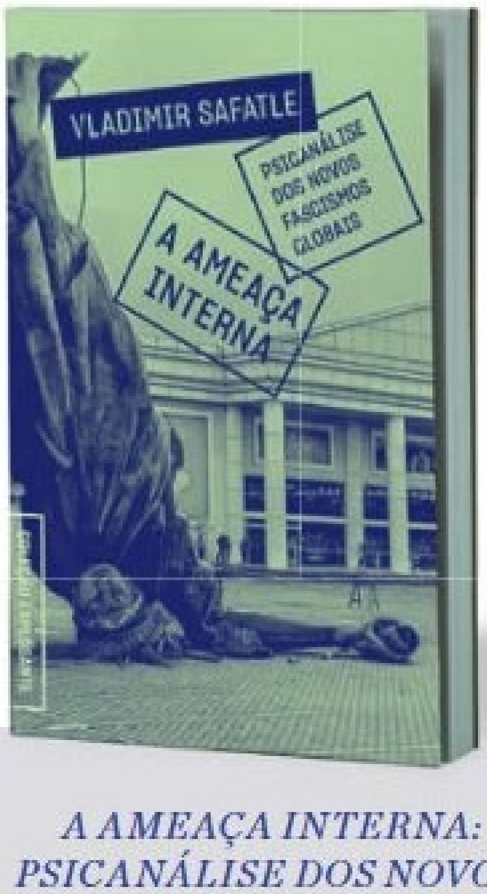
Faz jus à figura do crítico que – como ele mesmo descreve – não se deixa domesticar pelo conformismo nem pelo receio de se referir às dinâmicas em curso pelos seus nomes devidos.

O fascismo, no livro, é definido como uma forma específica de violência social e dessensibilização que se encontra no cerne das sociedades liberais e de seus ideais normativos de progresso.

Assim, mais que um modelo específico de ordenamento político-econômico ou um acontecimento histórico vinculado às experiências totalitárias na Europa dos anos 1930, o fascismo é uma força estruturante, em latência, que se estabelece conforme determinadas circunstâncias sócio-históricas.

Por isso, talvez nunca tenham existido as tais "democracias liberais". "O que tínhamos era algo que poderia ser chamado de *fascismos restritos*", afirma. Safatle propõe o termo para caracterizar regimes seletivos, nos quais a experiência democrática – a proteção dos direitos individuais e da cidadania – está garantida a certos setores da população, expondo os demais a práticas contínuas de segregação, punição e extermínio.

Em momentos de acirramento de crises, e sem que haja um horizonte concreto de superação delas, o que era "restrito" dá lugar a um regime fascista generalizado. Trata-se da ampliação de processos concretos que vão decompondo o corpo social e intensificam a precariedade material das populações, sob um permanente estado de exceção.



A AMEAÇA INTERNA: PSICANÁLISE DOS NOVOS FASCISMOS

Vladimir Safatle. Ubu
(240 págs., 79,90 reais)

O livro organiza-se em cinco capítulos. No primeiro deles, Safatle discute a lógica da "guerra infinita" que sustenta a governabilidade fascista. O Estado policial naturaliza o uso de violência a fim de eliminar o "inimigo público", que provoca desordem e constitui um risco à sociedade.

Tal lógica tem raízes nas dinâmicas coloniais, que não só forneceram as "tecnologias de extermínio e desumanização" que viriam a ser usadas posteriormente – no nazismo, por exemplo – como estabeleceram um regime de subjetivação que permanece até hoje. Por ele, os sujeitos são distinguidos entre "pessoas" e "coisas". Há as vidas valorizadas e as que não importam.

Neste ano de eleições no Brasil, mostra-se pertinente refletir sobre a ideia que alicerça o ideário fascista e se insinua nos discursos da extrema-direita pe-

Atuação crítica. O autor não se deixa domesticar nem pelo conformismo nem pelo receio de ferir as dinâmicas em curso

CECÍLIA BASTOS/USP IMAGENS

lo mundo: a de que não há nem haverá sociedade para todos.

Safatle, acertadamente, lida com os desdobramentos dessa ideia em várias passagens. No campo psíquico, tema do segundo capítulo, ele reflete sobre o sofrimento que busca no fascismo a sua cura. E desmonta as justificativas patologizantes que acabam por produzir julgamentos morais.

A adesão ao fascismo resulta de um cálculo racional, destaca ele. Diante de um horizonte de sobrevivência econômica cada vez mais estreito e de uma sensação de desamparo social, a eliminação dos "próximos da fila" – os outros que competem por melhores condições de vida – não soaria tão cruel.

O fascismo se aproveita, então, de uma "mutação profunda das estruturas de nossa subjetividade", resultante da crise psíquica acoplada à econômica, e propicia a criação de "sistemas agressivos de defesa". Ao minar a solidariedade social, transfere a promessa de segurança às figuras autoritárias.

Mais que um modelo vinculado às experiências totalitárias na Europa dos anos 1930, o fascismo é uma força estruturante e latente

No terceiro e no quarto capítulos, Safatle esmiúça o que está por trás das dinâmicas autodestrutivas tanto do Estado quanto do indivíduo. Retoma outra tese que perpassa o texto: a noção hegemônica de liberdade individual, tomada como sinônimo de propriedade sobre si e sobre coisas, suplanta a busca por um comum.

No último capítulo, a argumentação volta-se para o campo da cultura, em que as forças fascistas travam a batalha pelo cultivo dos afetos. "O fascismo não tem projeto de governo porque tem algo maior; um verdadeiro projeto de sociedade", afirma.

Ao longo do texto, Safatle mobiliza um rol diverso de pensadores, muitos deles ligados à Teoria Crítica, desenvolvida pela Escola de Frankfurt no início do século XX. No ensaio *Pensar Sobre Gaza*, que faz as vezes de epílogo, questiona a domesticação de alguns de seus expoentes atuais, que corroboraram a apatia ocidental diante do genocídio palestino.

A Ameaça Interna disseca de modo elucidativo as dinâmicas fascistas no interior das sociedades ditas democráticas. O diagnóstico é preciso. Contudo, pouco há sobre a profilaxia. Ao puxarmos o freio de emergência, até quando aguentaremos? E como conseguiremos reacender nossa imaginação política? Cabe a cada leitor buscar as respostas. •

A amizade sob o isolamento

LIVROS Gary Shteyngart conta, de modo divertido, como um grupo tenta sobreviver à pandemia numa propriedade afastada

POR PAULA SPERB

A leitura de *Nossos Amigos do Campo*, do norte-americano Gary Shteyngart, soa como ouvir uma cativante história antes de dormir. Para adultos que estão mais acostumados a ler para ninar os filhos do que a escutar alguém lendo para si, o romance é um acalanto.

Tal efeito é gerado pela voz narrativa singular que conta o enredo. A narração inclui o leitor quando antecipa os acontecimentos ou cria suspense: "O suprimento de água estava praticamente esgotado para o dia, com pelo menos uma consequência desastrosa, como em breve veremos". É nesse "veremos", por exemplo, que o leitor se percebe incluído e ouvinte.

Trata-se de um narrador que seduz e revela seu ofício quando anuncia o que está prestes a acontecer. "Agora, os protagonistas revelarão quem realmente são. Agora, risos e amor correrão soltos. Agora, os personagens principais flertarão e serão cruelmente rejeitados, e os demais, desprovidos de amor, suspirarão em suas taças, enquanto tentam relembrar como era se sentirem desejados", diz a voz, usando os verbos no futuro.

O tempo em que se passa o romance é a pandemia de Covid-19. E isso poderia até ser um demérito da obra de Shteyngart. Naqueles anos, afinal de contas, muitos procuramos, como leitores, um escape da realidade e não seu reflexo. Superada a calamidade, talvez não queiramos ler uma ficção sobre intubação.

No entanto, Shteyngart consegue a proeza de narrar aqueles tempos com o devido luto e o medo, de forma realista, mas também com alegria e esperança diante da vida que segue a correr.

No livro, acompanhamos um grupo de amigos isolados na propriedade de campo do outrora celebrado escritor Sasha Senderovsky e sua mulher Masha, uma psiquiatra. Eles são imigrantes russos e têm uma filha, Nat, adotada na fronteira da Rússia com a China. A criança é obcecada por uma banda de *K-pop* e sofre de ansiedade climática.

A casa principal, no vale do Rio Hudson, não muito longe de Nova York, é cercada por cabanas onde se hospedam os demais personagens.

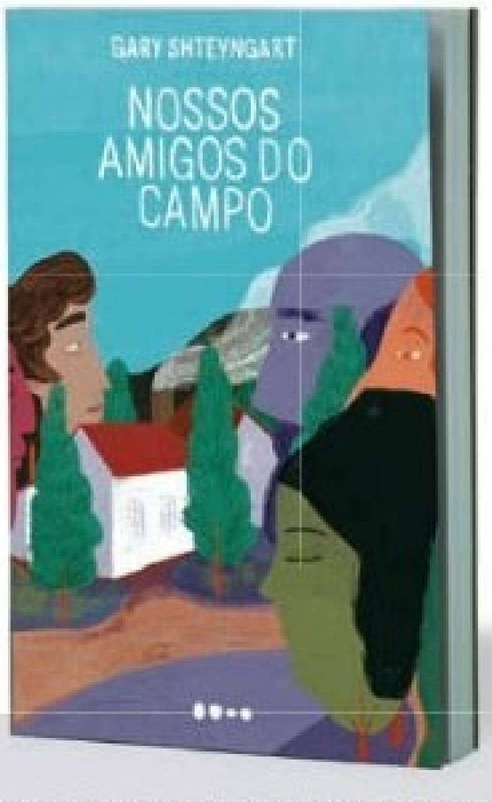
Dee é uma ex-aluna de Sasha e a única branca do grupo, que acaba cancelada na internet durante o *lockdown*. Karen é coreana, amiga de juventude, bilionária criadora de um aplicativo que promete fazer as pessoas se apaixonarem.

Ed é igualmente coreano, sofisticado e rico por herança. Vinod é um imigrante indiano com um romance não publicado e motivos extras para se preocupar com a pandemia. O livro supostamente desaparecido de Vinod e a chegada de um convidado estranho à maioria são os elementos que desencadeiam os conflitos da trama.

O estranho é chamado apenas de Ator. Sasha convida-o para tentar emplacar a produção e filmagem de um roteiro, mas precisa lidar com a vaidade extrema do recém-chegado.

Shteyngart é hábil tanto em construir pequenas tensões quanto em narrar momentos cômicos. O Ator, para se ter uma ideia, está envolvido em não apenas um triângulo amoroso entre os hóspedes, mas em dois.

Dee, a jovem escritora cancelada, decide causar climão na hora do jantar e critica a proclamada diversidade do grupo: "Onde estão os negros desta mesa? Onde estão os *gays*? As pessoas não cis?" E a garotinha, de repente, responde no mesmo tom: "E latines?", emendou ela, que havia estudado sobre a história do México.



NOSSOS AMIGOS DO CAMPO

Gary Shteyngart.
Tradução: André Czarnobai. Todavia
(416 págs., 119,90 reais)

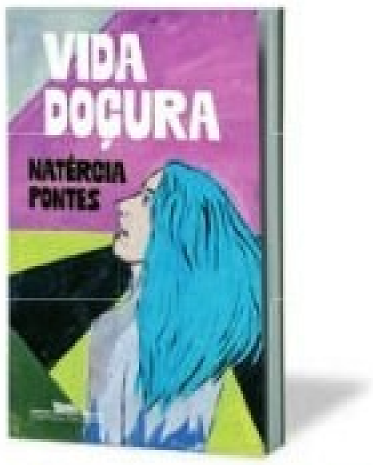
Equilíbrio delicado. Embora saiba fazer rir, o autor norte-americano não poupa o leitor da face mais impiedosa daquele momento

REDES SOCIAIS

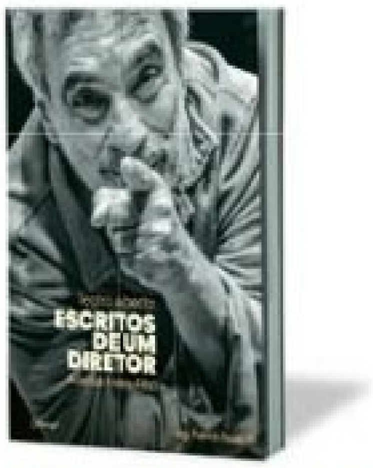
Depois de criar um vínculo do leitor com seus personagens, Shteyngart não nos poupa da faceta mais impiedosa da pandemia. Deixe o lencinho por perto, para a lágrima, mas se prepare também para a risada. •

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



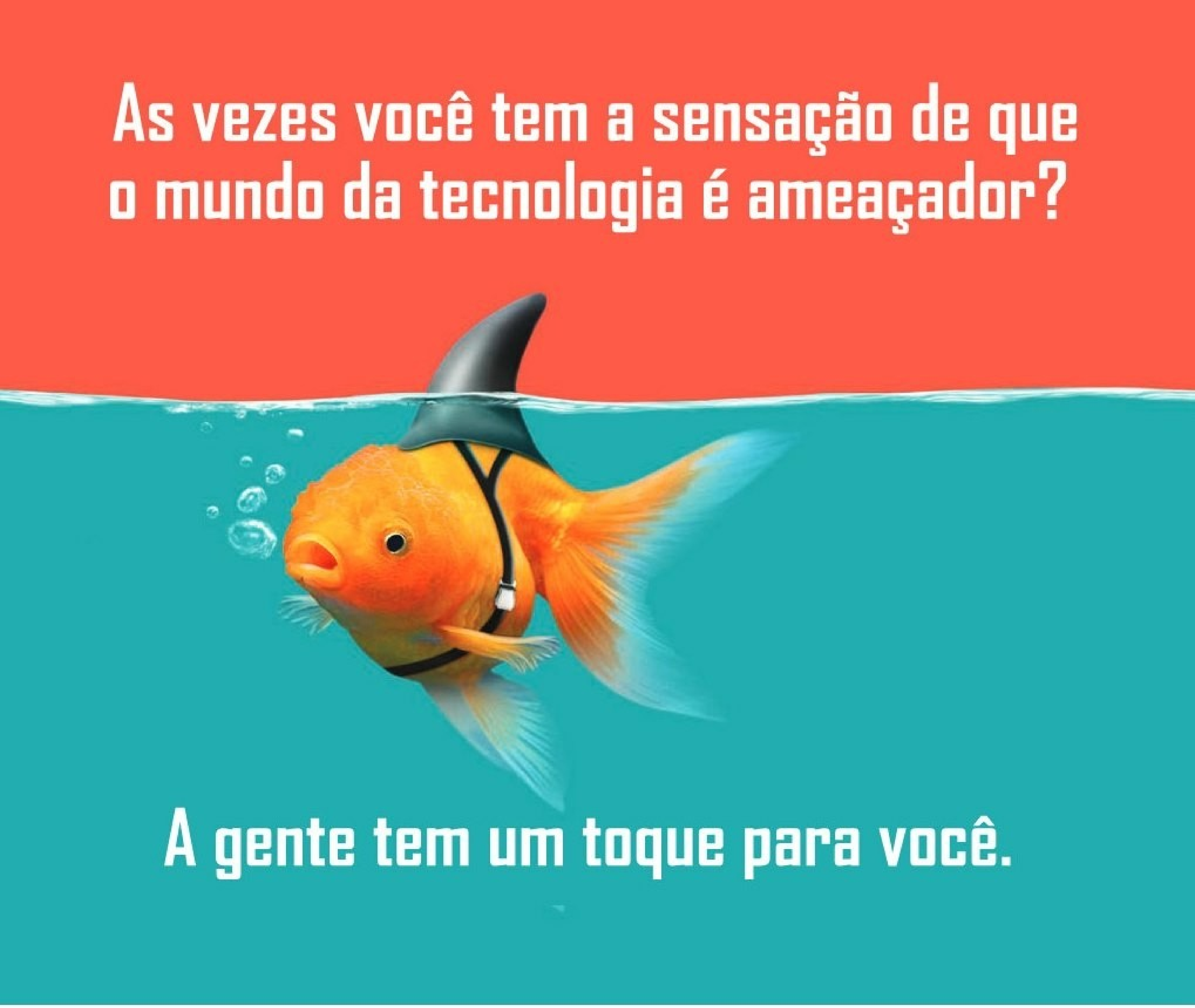
A mãe suicida é o fantasma a rondar Jocasta, a protagonista de **Vida Doçura**, uma escritora obcecada por uma YouTuber supostamente feliz (Companhia das Letras, 176 págs., 79,90 reais). O livro é também a elaboração real do luto infantil vivenciado por sua autora, Natércia Pontes.



Teatro Aberto: Escritos de Um Diretor (Cobogó, 424 págs., 128 reais) atravessa três décadas da vida de Aderbal Freire Filho, encenador e dramaturgo dos mais marcantes do Brasil – morto em 2023. O material vai de memórias da infância a textos sobre sua obra e a de grandes dramaturgos.

Javier Peña
Tinta invisível

No leito de morte, um pai e um filho relembram seus autores e histórias favoritos. É esse o mote de **Tinta Invisível** (Instante, 256 págs.,84,90 reais), do espanhol Javier Peña. O autor, jornalista de formação, aventura-se por uma mistura entre ensaio literário e memória.


As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?
A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br.** Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.

TOQUETEC
Um toque para sua vida ser mais tec.

LIGIA BAHIA
Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora
do Grupo de Pesquisa e Documentação
sobre Empresariamento da Saúde

Esqueleto no armário

▸ Precisamos afirmar o caráter científico da interrupção da gestação para enquadrar o aborto como questão de cuidados à saúde em um Estado laico e plural

Aborto, assunto relevante em eleições recentes, desapareceu do mapa da política no Brasil. A última tentativa de retomar o debate ocorreu em 2023, no âmbito do Poder Judiciário, quando Rosa Weber votou a favor da descriminalização. Silêncio nem sempre é favorável à melhora de padrões civilizatórios.

Entre 2021 e 2026, a proporção de entrevistados pelo PoderData desfavoráveis à “liberação” do aborto aumentou de 58% para 68%. Pesquisas de opinião e conselhos para evitar indisposição com entidades conservadoras, sobretudo para não atiçar a fúria da extrema-direita com tamanho sacrilégio, remeteram o tema ao ostracismo. Há um acordo tácito em torno do uso de expressões como direitos reprodutivos, sem mencionar quais, e promessas reiterativas de mais proteção à integridade física das mulheres.

Apenas nas comemorações do 8 de maio o aborto se inscreve em uma pauta articulada com crimes e saúde. A agenda política está filtrando da pauta somente o que é agressão. Sai o aborto e fica a violência. Como se o aborto fosse uma mera leviandade, autoprovocada. Em outras palavras, esquecimento conveniente sobre a importância da autodeterminação para os direitos das mulheres.

Na realidade, taxas elevadas de feminicídio, estupro e mortalidade materna ocorrem onde existem prisões preventivas por aborto, hospitais e profissionais de saúde, em vez de oferecerem cuidados, podem atuar como espaços de investigação e violência, vítimas de abuso sexual são ameaçadas e mulheres que abortaram são categorizadas como desumanas.

Uma omissão retrógrada, que contrasta com os movimentos feministas e pelos direitos LGBTQIA+ na América Latina desde a década de 2010, incluindo a “onda verde” que pressionou com sucesso pelo direito ao aborto livre na Argentina, Colômbia e em alguns estados mexicanos.

Entre os traços mais interessantes da recusa ao debate sobre aborto destacam-se a sua comprovada relevância para a decisão em quem votar e a sub-representação da parcela favorável. Nos EUA, em 2024, segundo pesquisa da Kaiser Family Foundation, o aborto motivou, e foi o fator mais importante do voto de mulheres da base democrata.

No Brasil, o mesmo inquérito que constatou uma ampla maioria contrária ao aborto registrou que, entre os que votaram em Lula no segundo turno em 2022, 27% eram favoráveis à descriminalização. Portanto, a parcela, ainda que minoritária, que se posiciona contra a anacrônica legislação que atribui pena de detenção por quatro anos para gestantes que provoquem aborto não encontra eco nas plataformas eleitorais e nas disputas entre candidaturas majoritárias para suas perspectivas de projetos de vida e maternidade.

Documento da Setorial Nacional de Saúde do PT para as eleições de 2026 ainda não concedeu ao aborto o estatuto de problema de saúde pública. A regra do mutismo tem sido quebrada por poucas e honrosas parlamentares mulheres que corajosamente apresentam e reapresentam projetos de anistia para mulheres presas por terem praticado aborto e denunciar a criminalização como irracional e ineficaz.

Raros homens, movimentos feministas, pesquisadoras e grupos de juristas também produzem estudos e divulgam evidências, inclusive sobre melhores indicadores de saúde das mulheres em países que permitem abortos seguros.

Não tem sido fácil sustentar argumentos sobre o aborto como direito. Houve perda de eleição ao ser denominada deputada abortista, campanhas de ódio contra professoras e demissões. Apesar das adversidades, investigações aprofundadas desvelaram que o aborto é um fenômeno frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões.

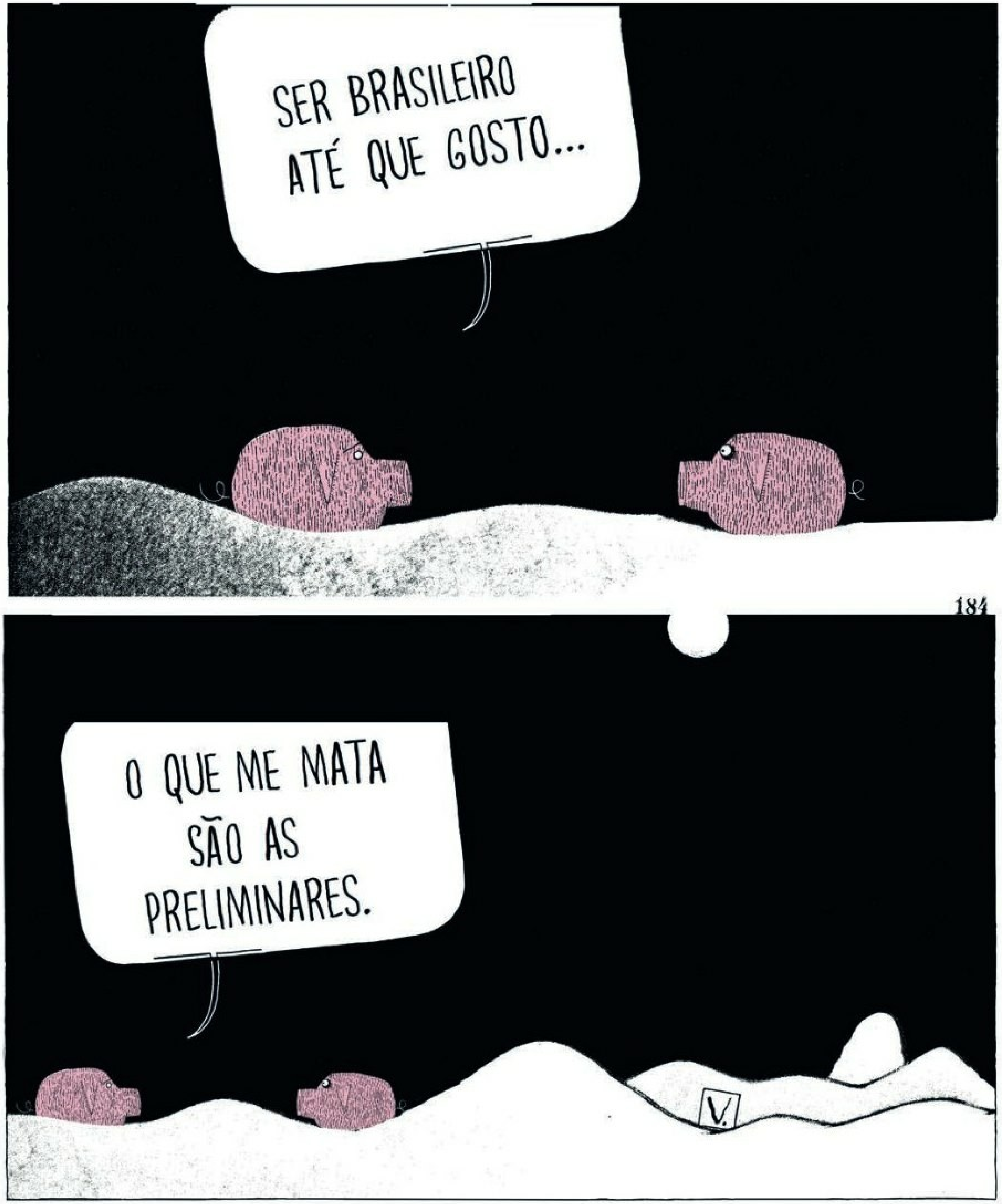
Aborto não é costume, não é antifamília ou crença. Precisamos afirmar o caráter científico da interrupção da gestação, para enquadrar o aborto como questão de cuidados à saúde em um Estado laico e plural. Em 2019, dissemos “o Filho Dele Também Não”, expressão que, para além da premonição, alertava sobre a negação do aborto no âmbito dos direitos e da dignidade.

Em 2026, precisamos ampliar a representação das mulheres, somar vozes para promover um debate efetivamente ampliado e sem subterfúgios. Direitos sexuais e reprodutivos são fruto do reconhecimento da autoridade moral e da capacidade dos seres humanos de decidir sobre reprodução e sexualidade, desde uma ética pessoal. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO


SER BRASILEIRO ATÉ QUE GOSTO...
184
O QUE ME MATA SÃO AS PRELIMINARES.
V.

PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!

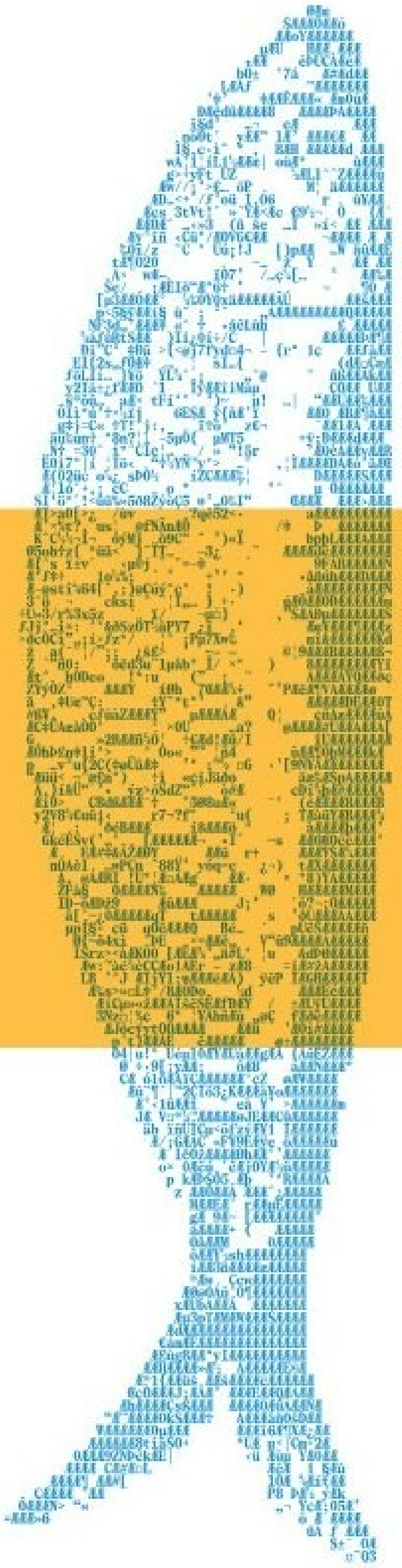
LOVE PAPER®
lovepaper.org.br
TWO SIDES
twosides.org.br

A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!

> ENTRADA <
GRATUITA

MINISTÉRIO DA CULTURA
APRESENTA

A FEIRA DO LIVRO
20 26



VEM COM A GENTE
OCUPAR A PRAÇA PÚBLICA
COM LIVROS E CULTURA!

@AFEIRADOLIVRO

30 MAI 7 JUN

PRAÇA CHARLES MILLER SP

3 PALCOS
9 DIAS

Lei Rouanet

REALIZAÇÃO

Associação Quatro cinco um
maré produções

PATROCÍNIO

OURO

mercado livre
motiva

PRATA

PREFEITURA DE SÃO PAULO

APOIO

PINHEIRO NETO ADVOGADOS
IBIRAPITANGA
enjoei

PARCERIA INSTITUCIONAL

CULTSP

APOIO INSTITUCIONAL

KIRO
INNSIDE by Meliá São Paulo Higienópolis
40 ANOS
ArPa

PARCERIA DE MÍDIA

FOLHA DE S.PAULO
30 ANOS UOL
JCDecaux
piauí
CartaCapital
NEXO
Gama
PublishNews.

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO DO BRASIL